

O DESEMBARQUE

BOLETIM INFORMATIVO



nº 8
Outubro 09
2 Boinas

DIA DO FUZILEIRO
junta **DOIS MIL**

JANTAR DE NATAL
dia 12 de Dezembro



PRESIDENTE

Assiste a Exercícios

ENTREVISTA COM
Cmdt. Lhano Preto

ASSOCIAÇÃO de FUZILEIROS
Eleições Antecipadas

Editorial	3
Estatuto de Utilidade Pública	4
Adriano Moreira	5-8
Dia do Fuzileiro	9-12
Fuzileiro uma vez	12
Dia da Marinha em Aveiro	13
Dia da Marinha	14-18
Presidente da República	19
Assembleia Geral	20
Núcleo do Porto	21-22
Entrevista: Cmdt Lhano Preto	23-27
Memória da Guerra Colonial	28
SPM 0468	29
Distinção	30
Voz dos Associados	31
As Novas Missões	33-34
Fuzileiros em Adém	35
Opinião	36-37
Convívios	38-41

Ficha Técnica

Director e Responsável Editorial

Dr. Ilídio Neves

Paginação

Paulo Teixeira

Colaboração

Serafim Lobato
João Costa da Silva
Mário Manso

Fotografia

A.J. Fernandes

Impressão

Tipografia Lobão
Rua Quinta do Gato Bravo, 5-Feijó
Telf. 21 255 98 90
E.mail: geral@tipografia.pt
www.tipografialobao.pt

Propriedade e Edição

Associação de Fuzileiros
Rua Miguel Pais, nº 25 - 1º Esq.
2830-356 Barreiro
tel: 212 060 079
Fax: 210 884 156
E-mail: afuzileiros@netvisao.pt
Site: www.associacaofuzileiros.pt

Núcleo do Porto

Rua Coronel Helder Ribeiro
(anexo ao farol da Boa nova)
4450 - 686 Leça da Palmeira
Site: www.nucleofuzileirosporto.org

PENSANDO NO FUTURO

Ilídio Neves

Presidente da Associação de Fuzileiros

Há acontecimentos que alteram decisiva e profundamente as circunstâncias que nos envolvem e que nos levam a tomar decisões que estaríamos longe de imaginar.

Já tinha tomado uma, definitiva e irreversível, durante e depois da terrível doença que de mim se apoderou e que me colocou às portas da eternidade e do indescritível sofrimento que me causou que, ante a feliz oportunidade que a vida ainda me concedeu, iria alterar radicalmente o modo e a maneira de vivê-la. Alterar na plenitude o comportamento no futuro. Impor rigorosos limites nos actos e nos procedimentos, nas atitudes e nas expectativas.

A vida pode ser vivida com grande felicidade, fazendo o que queremos e o que gostamos, junto das pessoas que amamos e de quem mais prezamos, junto de amigos e camaradas em reciprocidade de afectos e ambições.

Tudo deverá, necessariamente, ser feito com amizade, com empenho e responsabilidade, com simplicidade, com alegria, de forma correcta e equilibrada, nos exigentes limites da inteligência, do bom senso e do eticamente aceitável.

Tive oportunidade, apesar do estado aflitivo que vivi, de reflectir e reconhecer os meus incontrolláveis excessos, o hiperactivismo dilacerante e, muitas vezes, o irracional descontrolo emocional que quase sempre retinha no meu íntimo.

Em face de tudo isto, e bem consciente das minhas limitações, julgo, com muita mágoa, que doravante

não reunirei as condições para o desempenho dos cargos que, com tanta honra e satisfação vinha exercendo, como seja o de Presidente da Direcção da Associação de Fuzileiros e Director e Responsável Editorial da Revista "o desembarque". Continuarei, com muito orgulho a ser sócio da Associação, contribuindo sempre com aquilo que possa ser útil e as minhas forças o permitam, mas não assumindo grandes responsabilidades.

Esforcei-me para que este número da Revista ainda saísse sob o meu controle e orientação, pois já tinha diversos artigos elaborados, mas, reconheço, limitada em alguns assuntos e, certamente, com um conteúdo mais pobre.

Por outro lado, pretendia transmitir aos estimados associados um acontecimento, que me deixou francamente orgulhoso e honrado, muito feliz e comovido, ao mesmo tempo que me arrastou a minha imaginação para uma diversidade de cenários que burilavam com o meu merecimento e a minha insignificância. Tratou-se de um gesto de grande nobreza e humanidade, de uma pessoa generosa, cativante e atenta, grandiosa na sua sensibilidade. Trata-se de Sua Excelência o Almirante CEMA, que teve a gentileza de se inteirar da minha grave situação clínica e, para isso, determinou que um ilustre membro da Direcção do Hospital da Marinha me fosse visitar, inteirar-se do meu estado clínico e estabelecer contacto com os médicos que me tratavam. Eu, pessoalmente, não tenho palavras



nem discernimento suficiente para lhe agradecer o gesto que tanto me sensibilizou, pelo que entendi demonstrar toda a minha felicidade e o meu apreço nesta página de O Editorial.

Porque, afinal, o alcance desta honrosa iniciativa visava, sobretudo, o Presidente da Direcção da Associação de Fuzileiros, pelo que, na verdade, todos os associados acabam por serem igualmente beneficiários deste gesto grandioso, que prestigia e dignifica a nossa humilde mas respeitável Instituição.

Saibamos, pois, interpretar esta atitude de Sua Excelência o CEMA e tirar as ilações convenientes deste magnífico exemplo, repleto de humanismo, de compreensão, respeito e amizade, que abrange todo o universo dos sócios.

ELEIÇÕES ANTECIPADAS NA ASSOCIAÇÃO DE FUZILEIROS

Devido à demissão dos Presidentes dos três órgãos sociais da Associação dos Fuzileiros, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Almirante Leiria Pinto, decidiu convocar eleições antecipadas daqueles órgãos para o dia 12 de Dezembro de 2009.

De acordo com as disposições que os estatutos lhe conferem, e face às condições excepcionais que tal situação cria à Associação, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral decidiu nomear uma comissão de gestão com oito membros de reconhecido mérito, liderado pelo CMG FZ Cardoso Moniz, cujos nomes restantes são Francisco Egas Soares, João Costa da Silva, António Augusto, José O. Pinto, Mário Manso, António Rodrigues e João E. Pereira, até à tomada de posse dos novos corpos gerentes.

ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA

Associação de Fuzileiros

Reproduzem-se aqui os documentos oficiais que comprovam o assentimento da nossa Associação como Entidade de Utilidade Pública.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
MARINHA
Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

INT. N.º 55/01
17 SET. 2009
 PROC. _____

N.º **2198** Processo: _____ **16 SET 2009**

Assunto: **ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ASSOCIAÇÃO DE FUZILEIROS.**

Referências: V/ Ofício n.º 147/09, de DLU/09.

Ao
Presidente da Assembleia Geral da
Associação de Fuzileiros

Sua Excelência,

Correspondendo ao solicitado no ofício em referência, encargo-me Sua
Excelência o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de enviar à V. Ex.ª o seu parecer
sobre a vossa pretensão para lograr o Estatuto de Utilidade Pública.

Com os melhores cumprimentos + *atenciosos cumprimentos pessoais*

O CHEFE DO GABINETE,



José Montenegro
Chefe-Interim

Praça do Comércio 1100-148 Lisboa Fax: 210 925 201 Tel: 210 925 200


PAROCE

ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ASSOCIAÇÃO DE FUZILEIROS

O presente documento refere-se ao processo de avaliação e análise da pretensão de reconhecimento de Utilidade Pública da Associação de Fuzileiros, entidade sem fins lucrativos e sem personalidade jurídica própria, criada em 1975 e com sede em Lisboa, Portugal. A entidade em questão tem como objetivo principal a promoção e defesa dos interesses dos fuzileiros e a realização de atividades culturais, recreativas e sociais.

A Associação de Fuzileiros foi criada em 23 de Março de 1975 e tem a sua sede em Lisboa, Portugal, sendo constituída e regida pelo Regulamento da Associação de Fuzileiros e pelo Estatuto da Associação de Fuzileiros. A entidade em questão tem como objetivo principal a promoção e defesa dos interesses dos fuzileiros e a realização de atividades culturais, recreativas e sociais.

De acordo com o disposto no artigo 1.º do Regulamento da Associação de Fuzileiros, a entidade em questão tem como objetivo principal a promoção e defesa dos interesses dos fuzileiros e a realização de atividades culturais, recreativas e sociais.

De acordo com o disposto no artigo 2.º do Regulamento da Associação de Fuzileiros, a entidade em questão tem como objetivo principal a promoção e defesa dos interesses dos fuzileiros e a realização de atividades culturais, recreativas e sociais.

A Associação de Fuzileiros, criada em 23 de Março de 1975, é uma entidade sem fins lucrativos e sem personalidade jurídica própria, criada em 1975 e com sede em Lisboa, Portugal. A entidade em questão tem como objetivo principal a promoção e defesa dos interesses dos fuzileiros e a realização de atividades culturais, recreativas e sociais.

Assim, tendo em atenção tudo o que ficou exposto, resolveu a V. Ex.ª emitir o seu parecer favorável à concessão do estatuto de utilidade pública e reconhecimento de Utilidade Pública da Associação de Fuzileiros.

Lisboa, 17 de Setembro de 2009

O CHEFE DO GABINETE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA



José Montenegro
Chefe-Interim

Assim, tendo em atenção tudo o que ficou exposto, resolveu a V. Ex.ª emitir o seu parecer favorável à concessão do estatuto de utilidade pública e reconhecimento de Utilidade Pública da Associação de Fuzileiros.

Lisboa, 17 de Setembro de 2009

O CHEFE DO GABINETE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA



José Montenegro
Chefe-Interim

Assim, tendo em atenção tudo o que ficou exposto, resolveu a V. Ex.ª emitir o seu parecer favorável à concessão do estatuto de utilidade pública e reconhecimento de Utilidade Pública da Associação de Fuzileiros.

Lisboa, 17 de Setembro de 2009

O CHEFE DO GABINETE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA



José Montenegro
Chefe-Interim

Assim, tendo em atenção tudo o que ficou exposto, resolveu a V. Ex.ª emitir o seu parecer favorável à concessão do estatuto de utilidade pública e reconhecimento de Utilidade Pública da Associação de Fuzileiros.

Lisboa, 17 de Setembro de 2009

O CHEFE DO GABINETE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA



José Montenegro
Chefe-Interim

MENSAGEM AOS FUZILEIROS

Professor Adriano Moreira em Conferência

Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa

Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

A 27 de Março passado, na sede da Associação dos Fuzileiros, no Barreiro, a propósito do 32º aniversário da nossa instituição, o professor doutor Adriano Moreira, como convidado de honra, proferiu uma palestra sobre geo-estratégia, que intitulou “Mensagem aos Fuzileiros”, que reproduzimos na íntegra.

Perante numerosa assistência, e tendo na mesa de honra o vice-almirante Saldanha Lopes, comandante naval, em apresentação do almirante Chefe de Estado-Maior da Armada, Melo Gomes, o Presidente da Associação de Fuzileiros, dr. Ilídio Neves, que abriu a sessão, releveu a importância da efeméride e destacou a importância da conferência que iria ser proferida atendendo ao impacto intelectual do palestrante.

O antigo Chefe do Estado-Maior da Armada almiran-

te Vieira Matias fez a apresentação do conferencista, referenciando a sua acção como académico e político ao longo de muitas dezenas de anos da sua vida.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação contra-almirante Leiria Pinto encerrou a cerimónia, realçando o brilhantismo da exposição, que - disse - certamente toco fundo nos fuzileiros presentes.

No final, foi servido um Porto de Honra, que reforçou a amizade e a camaradagem dos presentes, que fizeram questão de lembrar o lema deste corpo de tropas especiais da Armada:

“Fuzileiro uma vez, Fuzileiro para sempre”.

FUZILEIROS

Foi no rescaldo do desastre da guerra de 1939-1945, que custou cinquenta milhões de mortos, que inspirou a utilização da arma atómica, que reduziu a Europa a escombros, que inscreveu a solução final no passivo europeu, que também por fim se fez a mais clara identificação do activo do Canon ocidental, ao mesmo tempo que a privatização da defesa recebeu um novo perfil, articulado com o predomínio da economia de mercado.

A Carta da ONU e a Declaração dos Direitos do Homem foram exclusivamente escritas por ocidentais; o diálogo em substituição da subida aos extremos da guerra, apelou à razão, colocada no lugar das cóleras armadas; o modelo democrático dos regimes, de matriz ocidental, foi apontado como o paradigma de excelência de governo; a igual dignidade dos homens, sem distinção excludente de etnias, de crenças, de culturas, ficou consignada como matriz dos direitos naturais e inalienáveis; o respeito pelo direito internacional, sendo este uma criação ocidental, foi tendencialmente confiado a jurisdições transnacionais; o desenvolvimento humano sustentado, assumiu-se como um dever da comunidade mundial; o



direito à liberdade de todos os povos foi proclamado e prosseguido; as intervenções a cargo das organizações especializadas, desenvolveram um tecido de unidade do género humano, numa casa comum que é a Terra. Tudo foi escrito por mãos ocidentais, decididas a libertar do jugo colonial aquilo que no passado foi considerado - o resto do mundo.

Mas na Carta ficaram as sementes da falta de autenticidade que durante séculos deu actualidade à formação do marinheiro do Roteiro

de Vasco da Gama. No Conselho de Segurança, onde cinco países assumiram um estatuto privilegiado, foi acolhido o princípio maquiavélico professado pelos demónios interiores que dinamizaram as duas guerras mundiais, um princípio com uma formulação simples: quem tem força, joga-a; na Assembleia Geral, que não toma decisões obrigatórias, mas apenas Resoluções, a maioria dos Estados que foram chegando, depois de libertados do estatuto colonial, desenvolveram uma atitude reivindicativa, frequentemente condenatória, dos ociden-

tais, no exercício da liberdade do discurso, animados de uma espécie de capacidade do fraco contra o forte, ou do poder dos que não tem poder.

O Canon ocidental, a partir dessa organização contraditória, veria mais de uma vez colocar as especiarias acima da evangelização, das luzes, da civilização. A guerra fria substituiu o paradigma da ONU pelo paradigma dos Pactos Militares; o fim do paradigma dos Pactos Militares em 1989, viu surgir o paradigma do unilateralismo da superpotência sobranceira; a fadiga dos metais invadiu aquele unilateralismo americano que acreditou no fim da história, e acabou atingido pela fadiga, uma doença que também afecta os imperialismos; as especiarias foram substituídas pelas energias não renováveis, petróleo e gás, e com abuso da mentira real, a que se referiu Plotão, para dar cobertura legal fictícia às intervenções militares que tiveram o seu ponto mais crítico com a segunda guerra do Iraque: que o interesse das empresas petrolíferas estava envolvido, para além do interesse público, foi repetidamente afirmado pela crítica.

O desastre financeiro sem precedentes, a crise da economia real atingida pela catástrofe, tudo levou a uma situação que não é evitável chamar de caótica, com a falta de confiança a minar as solidariedades das sociedades civis, e a destruir a relação confiante dessas sociedades com os poderes políticos.

Na ordem das batalhas militares em perigo, o antigo grito de *ritornare al segno* era o comando das lideranças confiáveis. Justamente a falta de lideranças fortes e confiáveis é um dos sinais alarmantes da debilidade de todo o ocidente.

Por influência de Hegel, a teoria política dominante distingue a sociedade civil do Estado, o que talvez ajude a esclarecer a evolução que temos em vista, considerando que o civismo (civility) inclui deveres

para com a comunidade (civil e política) que dão origem a relações não contratuais, uma definição variável conforme a natureza dos regimes.

A partir do conceito da Nação em armas, que Goethe viu nascer na Batalha de Valmy (20 de Setembro de 1792), o serviço militar obrigatório foi um dever cívico estruturante do contingente, com um quadro permanente dedicado vitaliciamente ao serviço dos valores representados pela Bandeira, a juventude submetida ao processo integrador do serviço nas fileiras, todos os válidos obrigados a responder à mobilização nos casos de emergência.

Sobretudo depois da Paz de 1945, que iniciou um período de longa e profunda meditação sobre a democracia, vista como o regime que melhor garante da paz, os doutrinadores não avaliaram imediatamente os efeitos do novo conceito de obediência responsável (Nuremberg) que levou à punição dos generais dos exércitos vencidos, os quais não obtiveram reconhecimento da causa de justificação definida como obediência hierárquica da cadeia de comando ao poder político.

Esta mudança de perspectiva ética foi assumida quando visivelmente atingiu a estrutura das Forças Armadas, a cadeia de comando, e a vinculação jurídica do contingente, este em processo de recepção dos efeitos de duas variáveis: o avanço sem precedente da ciência e das capacidades técnicas, e a reformulação cultural, nas sociedades avançadas, da relação do civismo com o dever militar.

Entre os doutrinadores mais escutados, Norberto Bobbio, ocupando-se da guerra e da paz, foi acompanhando (1966) a formação de uma consciência atômica, e a resposta dos pacifismos instrumental, institucional e finalista, este ético-religioso, mas para concluir que “a licitude da violência depende do facto de que em certa situação ela

é o único remédio possível a ela mesma”. Sublinha que a afirmação da “guerra como via bloqueada”, é uma metáfora, mas salienta a sua perplexidade perante a utilização das capacidades técnicas disponíveis: é aqui que parece estar o factor determinante da evolução, que não analisou, do estatuto e estrutura das Forças Armadas.

Talvez, tendo como referência a domesticação da energia atômica para fins militares, o primeiro efeito relevante seja o progresso técnico que implicou, para todas as actividades das sociedades avançadas, a necessidade crescente de pouca gente, mas altamente qualificada, e a decrescente necessidade de muita gente pouco qualificada: o princípio napoleónico do saber ler, escrever, e contar, habilitação indispensável para contar, registar, e usar, soldados, armas e munições, perdeu a validade e suficiência. Por isso, à medida que os quadros permanentes se especializam, ao mesmo tempo que multiplicam as suas formações transversais, o contingente, extinto o serviço militar obrigatório, passa a ser contratado. O contrato é o modelo jurídico fundamental da sociedade civil, sem coincidência com o passado dever cívico, e o sindicalismo o seu modelo natural de defesa de interesses e direitos da massa trabalhadora: a cadeia de comando, para além da novidade da obediência crítica, tem de lidar com um associativismo que afecta o tradicional estatuto de representação pelo comando, isto é, a privatização acentua-se.

A Declaração do Milénio, aprovada por todos os Estados membros da ONU no ano 2000, definiu propósitos e métodos cujo progresso de efectivação foi avaliado na Cimeira de Setembro de 2005. O Relatório do Secretário-Geral, intitula-se – Em maior liberdade: desenvolvimento, segurança e direitos humanos para todos, e foi divulgado em 21 de Março do mesmo ano.



Se a avaliação não foi excessivamente positiva, os resultados da Cimeira de Setembro de 2005 também não seriam excessivamente animadores no que toca à reforma, fortalecimento de meios, e reforço da credibilidade da ONU. Mas o diagnóstico do Secretário-Geral é importante, e o capítulo orientado pelo tema que intitulou – Viver sem medo, teve uma relevância de primeira exigência.

Este viver sem medo é de uma abrangência que engloba as catástrofes naturais, em face das quais não se revela qualquer excepcionalidade de poder das grandes potências, que inclui as pandemias que ultrapassam as capacidades científicas e técnicas disponíveis, que enumera a criminalidade transnacional e contra a humanidade, que se alarma com a existência de difusão das armas de destruição maciça, que sublinha a tradicional impotência contra a miséria, e foi um conceito animado pela afirmação de que “decorridos cinco anos do novo milénio, temos a possibilidade de deixar aos nossos filhos um legado mais auspicioso do que qualquer outro jamais recebido por uma geração anterior”.

O tempo acelerado que enquadra

a evolução da conjuntura internacional, não previu que depois, tão rapidamente o conceito da paz, então considerado, fosse desafiado pela tempestade que abalou o cordão muçulmano que, de Gibraltar à Indonésia, divide o Norte do Sul do Mundo, nem que tal mudança fosse causada pela arma ligeira de uma caricatura do Profeta que não passará à história da arte, mas que estará lembrada na teoria de manipulação das massas por forças políticas armadas.

A intervenção do Prémio Nobel da Paz Mohamed El Baradei, Director Geral da Agência Internacional da Energia Atómica, foi para comunicar “a descoberta de redes de compra ilícita de armas nucleares e a ausência de acordos na Conferência sobre o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) de 2005”. Os esforços dos EUA, neste caso apoiado por 163 Estados, no sentido de chamar à observância dos Tratados não tiveram êxito, e a inquietação sobre a observância da Convenção de Interdição das Armas Biológicas (CIAB) e das Armas Químicas (CIAC), e a sua obediência universal, foi evidente.

Neste panorama que tem uma referência no desastre da guerra mun-

dial, um ponto intermédio na dissolução da supremacia europeia, e uma total perplexidade neste início do Milénio perante a derrocada do sistema financeiro e a paralisação crescente da economia real, do novo paira sobre o caos a urgência do verbo organizador, o regresso aos valores abalados pelo relativismo dissolvente, o apoio no eixo da roda da história que as comunidades políticas fitam na Bandeira. Não se trata de regressar a um conceito de soberania agressiva e expansionista, aos exércitos apoiantes de formulações ideológicas, trata-se de preservar o civismo da tradição de Cícero, agora desafiado a formular as respostas exigidas por um globalismo anárquico.

A necessidade do apoio das instituições que, ao longo dos tempos e das mudanças, são os alicerces vindos do passado sem o qual não é possível reinventar o futuro, acompanha a exigência crescente de restabelecer a confiança, na sociedade civil nacional, na sociedade civil transnacional, na relação delas com os poderes políticos de confiança restaurada.

Os apelos à ética, a insistência na urgência de repor os valores, o crescente apelo à transcendência, ainda que à margem das religiões institucionalizadas, tudo se congrega no sentido de alargar a convicção de que o relativismo crescente abala todas as instituições, desacredita os órgãos de soberania, cria distância entre as gerações, torna frágil a esperança das comunidades e das pessoas.

A contabilidade do passivo da ordem mundial que os ocidentais construíram, para depois contribuírem para a sua desagregação que progride, orienta no sentido de salvaguardar os alicerces de referência das instituições que correspondem ao que permanece do passado com futuro.

A segurança, tão ambicionada pe-

los povos, tão fragilizada pelo descontrolo globalista, tão atingida pela privatização, tão posta em causa pela substituição de dever cívico, que moldava o serviço militar obrigatório, pela contratação que é uma das faces mais visíveis da privatização, aconselha a preservar os corpos de elite das Forças Armadas, referências estruturais da ética de responsabilidade, espelhos do povo, que erguem a bandeira para a qual convergem as intuições e as vontades quando a emergência orienta para o regresso ao eixo da roda. Nesta data de celebração do vosso 32.º aniversário, certamente a primeira das meditações deve ser dirigida para o passado histórico dos que mereceram usar a boina azul-ferrete.

Sobretudo o sacrifício daqueles que, durante a guerra de África, foram mortos em campanha, os que foram distinguidos pelas condecorações, finalmente todos os que actuaram em Angola, na Guiné e em Moçambique. Já um dia escrevi que, em celebrações deste género, apenas se deviam ouvir os clarins, obrigados todos ao silêncio da veneração pelos que não esqueceram que a Pátria os contemplava.

Essa infantaria de marinha foi iluminado pela recordação da lança que em 1415 “abriu as portas de Alcáçova de Ceuta”, inscreveu no seu ideário o comportamento dos “heróis do mar”, guardando na sua narrativa a memória da determinação do Almirante Reboredo e Silva, quando decidiu “organizar a marinha militar no ultramar, onde praticamente só existiam serviços de marinha que se ocupavam do fomento marítimo”.

A intervenção da marinha, e neste caso dos seus fuzileiros, nos treze anos de guerra da mais longa frente de batalha do século, o esforço que se traduziu na construção de navios e lanchas, em abastecer as unidades dispersas pelos vários e diferentes territórios, permite à marinha proclamar que não perdeu a guerra, perdeu sim a retaguarda.

Todavia, por fundamento que tenha atribuir aos ventos da história o ponto final colocado no império euromundista, incluindo o espaço de soberania portuguesa, não há vento que apague o exemplo de servir com coragem e cair com honra, nem reinvenção do futuro que possa imaginar-se sem passado. Este passado da marinha e dos

seus fuzileiros, inscreve-se no activo da história portuguesa, é uma das experiências éticas que balizam a reformulação do futuro, a narrativa da sua acção faz parte do património imaterial que dá carácter à identidade nacional.

Não se trata portanto e apenas da sua valia militar, nem apenas da identidade ganha e mantida na acção e na resistência ao descaso: trata-se de ser uma âncora da ética de responsabilidade sem a qual não haverá reformulação da governação mundial, trata-se também de levantar a bandeira da identidade na acção partilhada do multilateralismo europeu e ocidental, trata-se de impor a confiabilidade nas responsabilidades assumidas. Volto a lembrar que, recordando os caídos, apenas se devia ouvir o toque dos clarins.

E talvez esse ruidoso silêncio despertasse a memória dos responsáveis pelas respostas a dar à crise de governança mundial em que nos encontramos.

Associação de Fuzileiros – Barreiro
27/03/09

DONATIVOS

A rubrica ofertas e donativos, é um título, que vai ter mais ou menos existência, em função dos beneméritos.

O facto de continuar activa, deve-se ao facto de haver boas vontades que a vai alimentando.

Obrigado a todos quantos têm dado vida a esta rubrica que tem sido selectiva, com o mínimo de 20 para ser noticiada. No futuro, todas as ofertas serão referenciadas.

Socio n°	Nome	Donativo
1388	João Pedro Marques da Luz	€ 200,00
824	André Manuel Rodrigues	€ 200,00
1670	Liccar Barradas Santos	€ 116,00
1591	Luis Julio Barbosa Alves	€ 70,00
1688	João Roldão de Almeida	€ 66,00
1038	Cte. Toni	€ 60,00
193	António João da Piedade Grade	€ 50,00
857	Jorge Condição Lopo	€ 50,00
478	Manuel Correia	€ 40,00
1038	Asruel P/B Braz	€ 40,00
dest. N°9	Jonathão do Crg. José Parrera	€ 30,00
1670	Liccar Barradas Santos	€ 20,50
916	Amândio Gonçalves da Silva	€ 20,00
1686	Artur Seabra	€ 20,00
1396	Alm. Rui Manuel de Azeite	€ 20,00
479	António Maria Esperança	€ 20,00
1760	Jose Ferrera Santos	€ 20,00
1672	Rafael P/B Braz	€ 20,00

DIA DO FUZILEIRO

Saudade, Solidariedade, Camaradagem



Com pompa e circunstância, o Corpo de Fuzileiros da Armada realizou, este ano, em Vale do Zebro, onde está sediada a Escola de Fuzileiros, pela primeira vez, o Dia de Fuzileiro, que teve lugar a 27 de Junho passado. Centenas e centenas de fuzileiros e ex-fuzileiros, muitos deles com as suas famílias, acorreram à chamada, numa cerimónia que se estendeu praticamente por todo o dia.

E a assunção deste dia comemorativo foi uma iniciativa do comando do Corpo de Fuzileiro, que decidiu tornar a efeméride como uma data marcante e anual de junção da “família fuzileira”, já que todos os anos as unidades ou pessoas dispersas passavam, e continuam a passar, por aquela “casa” que é, em certa medida, o “berço” onde nasceu a camaradagem, a solidariedade e a saudade. Assim, o Fuzileiro, agora, tem um dia simbólico que é seu. E, a partir de agora, haverá oportunidade de engrandecer o papel que a tropa de elite da Infantaria de Marinha desempenhou e desempenha, por um lado, dentro da Armada, por outro, no interior das próprias Forças Armadas. A data agora, necessariamente, terá de ser acarinhada, diversificada e impulsionada, pois a resposta a esta primeira acção foi marcante.

Foi, pois, com sentimentos de saudade e de camaradagem que se assistiu à presença de famílias, com vários membros de diferentes épocas e gerações com passagem pela classe de fuzileiros. Pessoal de destacamentos, de companhias, de pelotões, de rendições individuais, que depois se juntaram ou se entrecruzaram nos mais diversos territórios operacionais, da Guiné, Angola e Moçambique, mas também de Cabo Verde, e outros mais recentes de missões humanitárias ou ao serviço da Paz, sob a égide das Nações Unidas ou de outras instituições nacionais e internacionais, conviveram e falaram sobre as suas experiências, os seus momentos de tensão ou incerteza, das suas alegrias, essencialmente, da saudade e da camaradagem, mas também da unidade que o facto de ser ter sido fuzileiro trouxe e traz para o resto da vida.

As boinas azul ferrete, com os distintivos de então, de hoje ou irmanados ou as condecorações, viam-se nas cabeças ou nos peitos de muitos que as ostentavam.

O programa teve início às 08:30, com a concentração de actuais e antigos fuzileiros e

famílias à entrada da Escola de Fuzileiros. Depois de abertos os portões, começou a fazer-se a dispersão pelos locais de “peregrinação”. Muitos visitaram o Museu, outros foram ver as suas camaratas, ou trocar alguns dedos de conversa. Alguns dos mais jovens, mais atirados para a novidade, praticaram tiro air-soft, ou optaram por escaladas. Alguns quiseram mostrar às famílias como ainda sabiam fazer umas manobras de bote no rio Coina.

Cerca das 10:30, teve lugar uma missa campal do rito católico, celebrada pelo Vigário Geral Castrense, capelão Manuel Amorim, acolitado pelos capelães Ilídio Costa e Licínio Silva. O capelão Amorim iniciou a sua actividade militar religiosa como capelão na Escola de Fuzileiros, no ano de 1978.

Pelas 12:00, deu-se início a uma cerimónia militar, presidida pelo comandante do Corpo de Fuzileiros, contra-almirante Cortes Picchiochi. Em parada, estiveram um conjunto de forças sob o comando do capitão de fragata fuzileiro Ova Correia, que enquadravam o Batalhão de Fuzileiros nº 1, a Companhia de Equipagem da Base de Fuzileiros e três pelotões pertencentes, respectivamente, à UMD, à CAT e à CAF. Participou ainda a força operacional, sob o comando do capitão de fragata Almeida Gabriel, com um núcleo separado, constituído por elementos de manobra, com duas companhias do BLD e uma força motorizada, com participantes do apoio de combate e de apoio de serviços.

Com as forças em prontidão, e após a chegada do almirante comandante do Corpo de Fuzileiros, teve lugar uma pequena cerimónia com a inauguração de uma placa que baptiza a parada da Escola com o nome do falecido almirante Armando de Reboredo Silva, que foi chefe de Estado-Maior da Armada, e que, em 1961, foi o fomentador e organizador da recriação dos Fuzileiros da Marinha de Guerra Portuguesa. Seguiu-se a sempre comovente evocação de homenagem aos fuzileiros mortos ao serviço da Pátria, com especial destaque para todos aqueles que caíram em combate e cuja memória está perpetuada num memorial à entrada da Escola de Fuzileiros.

Finda a homenagem, tiveram lugar dois discursos. O primeiro, a cargo do vice-Presidente da Direcção da Associação de Fuzileiros, dr. António Gomes Beltrão, em representa-

ção do seu Presidente, dr. Ilídio das Neves, que não pode estar presente devido a doença prolongada.

Deste discurso se destaca:

- Senhores Oficiais, Sargentos e Praças no activo, na reserva e reforma,
- Convidados, familiares e amigos;
- Companheiros e camaradas.
- Fuzileiros!

As minhas primeiras palavras são dirigidas a Vossa Excelência Senhor Almirante Luís Miguel de Matos Cortes Picchiochi, ilustre Comandante do Corpo de Fuzileiros. E elas são no sentido de, em nome da Associação de Fuzileiros e em meu nome pessoal, o felicitar pela brilhante ideia de propor que os múltiplos encontros de unidades de Fuzileiros, que se realizam todos os anos, fossem congregados numa única festividade, que passará a designar-se por “Dia do Fuzileiro”. O dia de hoje é um teste à receptividade que a proposta de V. Ex.^a, apoiada pela Associação de Fuzileiros, teve junto dos militares da Armada que, ao longo de quase cinco décadas, tiveram e têm o privilégio de servir a pátria e o país incorporados nesta família. Como todos sabemos, a recriação dos Fuzileiros foi obra do grande e inesquecível Almirante Armando Roboredo e Silva.

Em pleno século XX, finais da década de cinquenta, início dos anos sessenta, apercebendo-se e avaliando com grande rigor dos ventos históricos que então sopravam, tomou a iniciativa de arrancar com a formação e preparação de homens que pudessem servir a bordo dos navios e desembarcarem, de forma a restabelecerem a ordem em terra, na eventualidade de esta ser alterada.

Assim, as instalações da Marinha em Vale do Zebro, onde outrora se fabricavam “biscoitos” para as guarnições das naus foram adaptadas de modo a servirem de Escola para preparar os Fuzileiros.

É aqui que hoje nos encontramos!

Uma visita às raízes ajuda a melhor conhecer as árvores e os seus frutos.

Por esta casa, a que chamamos carinhosamente a “Casa Mãe”, passaram milhares e milhares de Homens que aqui foram e são preparados tanto para enfrentarem as agruras das guerras, como para apoiarem e fiscalizarem missões de paz, o que vem acontecendo em diversas longitudes e latitudes.

É extremamente gratificante, saber que a esses cidadãos a quem foi dada instrução militar, fazendo-os passar por enormes dificuldades e sacrifícios físicos, foram ministradas bases fundamentais para desempenharem altas e honrosas funções ao serviço da sociedade e do país. Talvez no futuro, possamos organizar um Congresso de Fuzileiros onde, sem menosprezo pela sua formação básica militar, alguns congressistas nos possam dar a conhecer as actividades que abraçaram posteriormente.

Sabemos de muitos que foram e são administradores de empresas, juristas de grande sucesso, parlamentares e congressistas eminentes, professores universitários conceituados, médicos prestigiados, agricultores, in-



dustriais de reconhecimento êxito e mérito, economistas, e tantos outros que dignificam o que são e o que constroem. Têm chegado ao nosso conhecimento, diversos testemunhos de inúmeros exemplos de Fuzileiros, Oficiais, Sargentos e Praças que após deixarem a vida militar, encetaram carreiras brilhantes nas actividades referenciadas.

As palavras seguintes são para enaltecer um homem ausente, que faz parte dessa plêiade dos que foram evocados anteriormente.

Para actual Presidente da Direcção da Associação Nacional de Fuzileiros, foi eleito o Dr. Ilídio das Neves Luís. Entrou nesta Escola como grumete e ao longo de cinco ou seis anos de serviço militar, com duas comissões no Ex-Ultramar, foi-se preparando para enfrentar a vida civil, já que não era de sua própria vontade continuar na Armada. Homem humilde, inteligente e observador, de muito Crer e Querer, determinado, ousado e esmerado no trato com todos os seus camaradas, fez muitos amigos, aproveitando todos os momentos para estudar e preparar-se. Subiu a pulso. Licenciado em direito, assumiu funções de grande responsabilidade na Direcção Nacional da Polícia Judiciária tanto em Portugal como no estrangeiro. Fez parte de inúmeros grupos de trabalho a nível internacional, sendo mesmo convidado para a Direcção da INTERPOL, cargo que se viu obrigado a recusar em prol da família. Foi mesmo convidado para Director da Polícia Judiciária de Macau. Terminou a sua brilhante carreira como Director da Polícia Judiciária de Setúbal, terra que muito ama e estima. Pelos relevantes e distintos serviços prestados foi-lhe atribuída a medalha de ouro desta cidade.

Homem de grande simplicidade e modéstia, acabou muito novo uma carreira promissora que podia ter prolongado muito para além da PJ, cansado das invejas e má-língua que a cada passo se manifestavam, sem dó nem piedade.

Pois bem, esse homem de que tanto nos orgulhamos, é o nosso Presidente da Direcção da Associação, tem estado doente vai em dois meses.

Só agora entrou em recuperação. Esperamo-lo ansiosamente. A nossa revista "O Desembarque" que chega aos quatro cantos do mundo e que tanto nos envaidece, é obra sua, coadjuvado pelos restantes membros da direcção.

Que o seu restabelecimento seja rápido e duradouro.

As minhas últimas palavras são para aqueles cujo nome está gravado, em alto-relevo, no Monumento aos Fuzileiros, à entrada da Escola. De facto não mereciam ter estado relegados para a sala última do Museu do Fuzileiro, aqui na Escola. Os nossos companheiros e camaradas que tombaram ao serviço da Pátria não têm que estar escondidos. Antes pelo contrário. Verdadeiros heróis, bateram-se com ousadia e estoicismo. Acabaram por perecer. Lembramo-los com

muitas saudades e carinho. Os que com eles conviverem jamais os esquecerão. Há que os homenagear em cerimónia pública que reflecta o grande apreço e gratidão que temos para com eles.

Ao longo de quarenta e oito anos de actividade, em prol do ensino e preparação de cidadãos, a "Escola mãe" é motivo de orgulho e vaidade para todos os que por cá passaram (instrutores e instruídos) pelos Homens que preparou e formou militar e civicamente.

Muitos rapazes entraram aqui com 17 anos e uma rudimentar instrução básica. Por mérito próprio, mas com alicerces que lhes foram facultados neste local, caldeados com são princípios de humildade, honestidade, frontalidade e verticalidade são, repito, motivo para que os instrutores passados e presentes se sintam recompensados pelos devotados sacrifícios a que se sujeitaram e sujeitam. Porquê este dia? A Associação Nacional de Fuzileiros tem organizado anualmente um Encontro de Fuzileiros, congregando os seus associados, familiares, convidados e amigos. Este ano seria o oitavo encontro. O objectivo é revermo-nos, trocarmos impressões, tomarmos conhecimento da evolução das instruções e materiais (equipamentos) que hoje são facultados aos actuais Fuzileiros.

O "Dia do Fuzileiro" tem a virtude de fazer conviver os "antigos" aqueles, e ainda são muitos, os que vieram para cá em 1961, alguns com mais de setenta anos, com a actual juventude, da idade dos seus netos. Fazemos votos de que os objectivos sejam alcançados e recompensados para que este convívio se mantenha e solidifique.

Hoje, solenemente e aqui junto ao Monumento que perpetua o heroísmo dos nossos Fuzileiros mortos em combate, fazemos apelo às gerações, contemporânea e às vindouras, renascidas com a recriação dos Fuzileiros em 1961 para a participação do esforço de guerra em África pela visão do insigne estratega, então Chefe do Estado-maior da Armada Almirante Roboredo e Silva, para que apoiem e vivam a Associação de Fuzileiros com o mesmo espírito de dedicação e nobreza de Alma com que sempre servimos o País e a Pátria.

Dia do Fuzileiro... É dia de congratulação. Pode ser dia de lustro e lugares comuns. Mas também pode ser dia de simplicidade e de lucidez.

Comemora-se para criar ou reforçar a unidade. Para afirmar a continuidade. Para reinterpretar o passado. Para utilizar a História a favor do presente. Para invocar os heróis que nos desafiam à coesão e espírito de Corpo, para renovar a legitimidade histórica. São e, podem ser, objectivos altamente meritórios, se soubermos resistir à tentação de nos apropriarmos do passado e dos heróis, a fim de desculpar as deficiências contemporâneas.

Não é possível passar este dia sem olharmos para nós. Mas fazê-lo com consciência, simplicidade e verdade.

É a pensar nessas gerações que devemos aproveitar uma comemoração para melhor ligar o passado com o futuro.

Não usemos os nossos heróis para nos desculpar ou demitir. Usemo-los como exemplos. Porque o exemplo tem efeitos mais duradouros do que qualquer ensino voluntarista.

A História e memória dos Fuzileiros é feita de emoções, sacrifícios mas também de

afectos... Que o espaço em redor do nosso Monumento, seja considerado "Chão Sagrado" onde todos e cada um de nós, em oração, silêncio e recordação, possamos HONRAR e DIGNIFICAR os nossos CAMARADAS, e sobretudo os que deram a vida pela Pátria e por Portugal.

Os Fuzileiros combatentes do Ultramar deixaram por onde passaram uma ideia de Portugal, um pedaço mesmo de Portugal como nação, traços de uma personalidade colectiva, vestígios de uma capacidade de construir, de produzir, de viver, de amar e de rezar. Através dos Fuzileiros, Portugal e os portugueses ficam para sempre na História e na cultura dos povos que estão além do mar que hoje nos une. Não lutaram porém, apenas por Portugal. Também lutaram pela paz e pela liberdade de África, quando esse continente era atravessado por tensões internacionais que lhe eram exteriores, e que por tantos anos o dilaceraram em lutas fratricidas.

Este passado da Marinha e dos seus Fuzileiros, inscreve-se no activo da História de Portugal, é uma das experiências éticas que balizam a reformulação do futuro, a narrativa da sua acção faz parte do património imaterial que dá carácter à identidade nacional. A Associação de Fuzileiros está e estará sempre pronta, para colaborar com a "Casa Mãe", com o devido respeito pelas atribuições próprias, que a cada uma das instituições compete, mas não pode aceitar ser SUBALTERNIZADA. É uma instituição idónea, disso tem dado provas, suficientes junto das mais variadas entidades Universitárias, Autárquicas, Governamentais, e ao mais alto nível das figuras representativas da nação.

A Associação de Fuzileiros evoca hoje o passado, olhando bem de frente as dificuldades do presente e é com sentido da responsabilidade - que a todos é exigida, encontrar respostas para o futuro. Será essa a melhor forma de honrar os que combateram e caíram pela Pátria.

Que Deus abençoe e proteja os Fuzileiros. Falou depois o contra-almirante Cortes Picciochi, como comandante do Corpo de Fuzileiros, com um discurso que merece destaque:

Fuzileiros!

Comemora-se hoje o Dia do Fuzileiro. Em boa hora surgiu a ideia de juntar, na Escola de Fuzileiros, todos os militares da boina azul ferrete.

De uma ideia simples, evoluímos para uma festa que se quer grande. Grande do tamanho da dignidade que merecem os fuzileiros. Desafiou-se a Associação de Fuzileiros a juntar sinergias, o que, de pronto, e como se esperava, mereceu todo o acolhimento. Neste momento, cumpre-me o dever de endereçar ao seu presidente da Direcção - Dr Ilídio das Neves Luís -, os sinceros votos de uma rápida recuperação. Um fuzileiro não se deixa abater por um pequeno percalço onde uma traiçoeira emboscada mais não fez do que pôr à prova as suas capacidades de combatente!

As sucessivas e contínuas visitas de antigos Destacamentos à Escola fizeram crescer esta vontade de lhes conceder uma maior atenção. Tentamos, desta forma, engrandecer a homenagem aos fuzileiros, como um todo, como um corpo.

Reconhecemos, hoje, a existência de duas gerações de fuzileiros: aquela que viveu a guerra do ex-ultramar - foram 12.500! - e uma outra surgida num novo paradigma

político-social. Mas não se trata de gerações estanques, houve todo um contínuo, desde 1961, e militares houve que viveram essa transição. O importante é, neste dia, estarem aqui todos, movidos por um espírito comum, o espírito de corpo aprendido neste mesmo local, a interiorização do epíteto “Fuzileiro uma vez, Fuzileiro para sempre”! Não havendo “ex-fuzileiros” mas apenas “fuzileiros”, tem o Corpo o dever de procurar manter o elo de ligação, chamando quem está por fora, trazendo-os ao nosso convívio, dizer-lhes que não os esquecemos e que contamos com eles.

Temos a obrigação de garantir que os seus feitos não se perderão no tempo, que os mais novos se orgulharão de os ver aqui. E temos a obrigação de pugnar para que em qualquer parte do país se continue a falar dos fuzileiros como uma elite ao serviço de Portugal. Ou seja, queremos aprender e ensinar.

A milhares de quilómetros de distância, num feito ímpar por esse mundo fora, Portugal manteve, durante treze anos, com poucos recursos, várias frentes de combate, numa área incomensuravelmente maior do que a implantada no continente Europeu, lidando com gentes de diversas etnias, em climas e floras agrestes. Do ponto de vista operacional, os militares cumpriram o seu dever. Ali esteve a Marinha, ali estiveram os fuzileiros.

Mais tarde, voltámos a responder ao que nos era solicitado, sempre em nome da defesa dos interesses nacionais. Fosse no quadro das alianças de que fazemos parte, como na Bósnia, no Zaire e, mais tarde, no Congo, fosse noutra local onde mantemos laços de solidariedade e de sangue, como na Guiné, fosse a acorrer a uma súplica chorada em Português, como em Moçambique e em Timor.

No fundo, somos os mesmos, fazemos parte de um pequeno grupo que, voluntariamente, abdica de alguns direitos individuais, em prol da defesa de um colectivo.

Perante a Bandeira Nacional, proferimos o mesmo juramento – a defesa da Pátria. Mais do que não nos envergonharmos, orgulhamo-nos dessa coragem pública, de um compromisso assumido em tempos onde o mais fácil, porque mais cómodo, é passar ao lado do “ser responsável”.

Há que ensinar aos mais novos o que andaram a fazer os fuzileiros na bolanha e no tarrafe, percorrendo os rios e as picadas, emaranhados no capim, numa ameaça constante de emboscadas e minas.

Há que ensinar o que significam palavras como Chilombo, Pedra do Feitiço, Guileje, Cumbijã e Ganturê. Explicar as 224 condecorações individuais recebidas por feitos heróicos em combate.

Mas há também que ensinar aos mais velhos (aos menos novos...) o que são as NATO Response Forces, o European Union Amphibious Battle Group e as Operational and Mentoring Liaison Teams. Explicar o que é o PELBOARD, o HUMINT e o CIMIC.

Temos que ouvir contar histórias da Guiné, de Moçambique e de Angola, e temos para contar histórias da Bósnia, de Timor, do Afganistão e do Golfo de Aden.

Os fuzileiros sempre tiveram a capacidade de se adaptarem às circunstâncias, sejam elas operacionais, sejam elas organizacionais, se é que as poderemos considerar desassociadas... Acima de tudo, sempre presidiu a vontade de melhor responder ao que

nos é requerido.

Não nos competirá tecer considerações sobre o que se vai passando no Mundo, mas teremos, e temo-lo tido, o necessário empenho e determinação no sentido de jamais baixarmos os braços, de transformarmos as dificuldades em desafios, de procurarmos soluções onde outros encontram problemas.

E muito mudou. Só num passado recente, naquele que é a referência dos mais velhos, vimos terminar a guerra do Ultramar, cair o muro de Berlim, vimos os ataques às torres gémeas e os atentados de Madrid e de Londres, o esbatimento das fronteiras e as migrações massivas de multidões que mais não querem que a procura da sua sobrevivência. Assistimos ao recrudescimento da pirataria no mar, em moldes que fazem lembrar tempos que julgávamos como fazendo parte da História. Em 30 anos, tudo ficou diferente, e, não temos dúvidas, muito muda em cada dia que passa. E não foi só no plano político-estratégico, mudou a família, enquanto célula fundamental da sociedade, terminou a “Nação em Armas” e o Serviço Militar Obrigatório. E como lidaremos no futuro com a privatização da guerra?

Os seus reflexos estão aí: Uma cada vez maior incerteza na ameaça e no inimigo, a perda da transmissão de valores que temos como fundamentais, como o sentido da Honra, da Pátria, da autoridade e da disciplina.

E é aqui que nunca desistiremos, não nos acomodaremos. Saberemos explorar o que de bom possui a nova geração, em horizontes alargados e no domínio das novas tecnologias, ao mesmo tempo que arranjaremos lugar para transmitir os tais valores que nos moldam o carácter. A Escola de Fuzileiros responderá sempre como a primeira responsável na formação dos fuzileiros, como combatentes, mas igualmente como homens íntegros.

Num Mundo onde o “cobrar” se torna fácil, nós preferimos investir, investir é apostar no futuro de uma forma séria, é garantir a continuidade em algo que desconhecemos mas para o qual temos o dever de nos prepararmos.

São muitas vezes os jovens criticados por não possuírem referências, princípios morais ou sentimentos de altruísmo, mas ninguém lhes reconhece as qualidades que necessariamente terão. São mais ágeis na abordagem a novos desafios, são abertos ao Mundo que os rodeia, aventureiros porque despertos para horizontes mais longínquos. E ao criticá-los, quase sempre esquecemos que, no fundo, eles vivem a vida que nós lhe quisemos dar. São o fruto daquilo que semeámos. Olhar para o lado, apontar o dedo a conjunturas ou a outros conceitos indefinidos, falar no “antigamente” e “no meu tempo” será sempre a saída mais fácil. O nosso tempo é este e as nossas responsabilidades enquanto formadores não acabou, e teremos de começar, nós próprios, a sabermos viver os tempos modernos.

Hoje dispomos de um manancial de informação nunca imaginado. A um excesso de informação terá de corresponder uma criteriosa selecção, saber distinguir o importante do supérfluo, mas jamais renunciar à capacidade de aceder ao que há poucos anos nos parecia pura ficção. A um maior afastamento da célula familiar, que os mais velhos criaram na procura do seu próprio bem-estar e na luta pela igualdade de oportunidades, teremos que procurar ser o sufi-

ciente imaginativos para incutir aqueles que acreditamos serem os pilares que sustentam uma sociedade mais justa. Queixamo-nos de que o tempo passa mais depressa, quando no fundo sabemos que é apenas o “nosso” tempo que vemos expiar, uma vez mais, temos que ser selectivos, expurgando o desperdício.

Para além de termos ideias, temos de as fazer funcionar. É isso que esta Escola vem fazendo, em cada dia que passa. A procura do conforto e da conveniência leva-nos à fuga do risco, e se há coisa que nunca preocupou os fuzileiros foi o enfrentar o risco, seja ele de que natureza for.

Cumprindo processos de reestruturação, redimensionamento e reequipamento, os fuzileiros têm sabido ajustar-se aos novos cenários de actuação, onde os conflitos assimétricos que começaram a emergir se assumiram como mais um desafio a enfrentar e vencer. Foi assim antes, será assim no futuro.

Diz-se que em processos de mudança há que passar por diversas fases: A negação, a resistência, a adaptação, o envolvimento. Para além de meras concepções teóricas, cá estaremos com um objectivo único – o bem servir a Nação.

Hoje, aqui, temos gente muito diversa. Novos e menos novos, seguidores desta ou daquela ideologia, praticantes de diferentes credos, de diferente tês de pele, mas com um laço comum, um ponto de contacto entre todos, um presente perene porque não admite o verbo no pretérito. Sois todos, os vivos e os mortos que honramos, fuzileiros. Foi para vós que se preparou esta festa.

Esta cerimónia quis-se simples, mas com toda a dignidade que merece.

- Procurámos proporcionar algumas actividades de entretenimento para os jovens, e outros aventureiros, em contacto com os actuais fuzileiros;

- Numa missa campal, apelámos, independentemente de religiões e credos, ao amor, à fraternidade, à comunhão;

- Honrámos o responsável por aqui estarmos hoje, perpetuando o seu nome nesta parada. A partir de hoje, quem quer que entre na Escola de Fuzileiros verá o resultado deste simples acto de justiça à memória do almirante Roboredo e Silva;

- Em silêncio, recordámos aqueles que levaram às últimas consequências a defesa da Pátria. Lembrámos os que tombaram no cumprimento de um juramento feito, nesta parada, perante a Bandeira Nacional. Trouxemos à memória o companheiro do lado, que conosco se ria e se divertia, mas também o mesmo com quem contávamos para nos proteger, que nos ajudava a vencer o medo. Como alguém disse, “aqueles que abdicaram de viver o seu amanhã, para que nós vivéssemos o nosso”. Em memória deles, ouvimos o rufar do tambor e o toque do clarim. Em memória deles ouvimos a alvorada, como que a dizer-lhes que continuam entre nós. Foram 74, aqueles que honrámos;

Como cantais no vosso hino:

“... ”

... juntai-vos ao nosso cantar,
Há mil sonhos ainda a viver,
Mil batalhas ‘inda por ganhar.”

- Desfilaremos, por fim, com aquele garbo que é próprio dos fuzileiros. Com o Estandarte mais condecorado das Forças Armadas com os Guiões dos antigos Destacamentos e Companhias, entoando o grito que nos une. E fá-lo-emos perante o Monumento ao Fuzi-

leiro, perante a Lancha que recorda antigas missões, perante os fuzileiros que até aqui vieram, perante os seus familiares, mulheres, filhos, netos, amigos – a nossa família, aqueles que connosco sofreram e nunca deixaram de nos apoiar, aqueles que, na retaguarda, garantiram o sucesso da frente;

- Iremos promover o lançamento de um livro de um fuzileiro que chegou a ser, no final da sua brilhante carreira, o militar mais condecorado do activo. Memórias de um guerreiro colonial, contado na primeira pessoa, e para que a memória perdure;

- Terminaremos com um almoço convívio, onde não faltarão histórias para contar.

Foi esta a festa que preparámos. No final, avaliaremos o resultado desta iniciativa. E, se enquanto escrevinho estas palavras não sei que impacto terá em termos de adesão, se é grande a expectativa, não será menor a esperança numa resposta à fuzileiro – sempre prontos, sempre presentes!

Assim, mantendo o bom, melhorando o menos bom, corrigindo o mau, introduzindo

esta ou aquela novidade, para o ano cá estaremos!

Enquanto Comandante do Corpo de Fuzileiros, não perderei um dia na procura daquilo que poderá diferenciar este daquele fuzileiro. Despenderei, outro sim, toda a minha energia no garante daquilo que entendo ser a mais valia desta gente – a resposta pronta, eficaz e eficiente, sempre e onde for preciso estar.

Pugnarei por garantir o elevado nível de formação nesta escola, escola de dedicação, onde os jovens se tornam homens, onde lhes ensinamos os nobres princípios da lealdade, da camaradagem, da liderança e da coragem, física mas também moral, segundo os ditames dos superiores valores da vida.

As glórias do passado, dos que lutaram e deram a vida no campo da honra, dos que voltaram e aqui estão, as glórias do presente, daqueles espalhados por esse Mundo fora, no Atlântico, em Angola, em Cabo Verde, na Guiné, em Moçambique e em Timor, daqueles que, neste preciso momento, se encon-

tram em teatros de maior risco - no Afeganistão e ao largo da Somália - engrandecem o nome dos fuzileiros.

Os fuzileiros vieram aqui dizer, a quem quiser ouvir, que honram a sua Pátria. Que nada esperam em troca da sua devoção e entrega até às últimas consequências, porque crêem no serviço que prestam a Portugal, porque sabem que são um só, com a força de todos. Depois teve lugar um almoço, que se efectuou no refeitório da Escola e que contou com uma extraordinária presença de perto de mil pessoas. Pela tarde dentro, a confraternização imperou, em especial em grupos que se formavam debaixo dos frondosos pinheiros que enxameiam aquela unidade.

Antes do almoço, foi apresentado pelo comandante do Corpo de Fuzileiros, em cerimónia montada para o efeito, o livro do sargento-mor José Talhadas, intitulado “Memórias de um guerreiro colonial”, cujo evento é referenciado noutra local desta revista.

FUZILEIRO UMA VEZ, FUZILEIRO PARA SEMPRE

Carlos Rodrigues Lima

Várias gerações de ‘fuzos’ juntaram-se, ontem, na escola de formação desta unidade de elite da Marinha. O dia do fuzileiro foi comemorado num ambiente de festa e de velha e nova camaradagem.

Da Guerra do Ultramar às missões de combate à pirataria na Somália e à presença no Afeganistão. Várias gerações de fuzileiros juntaram-se, ontem, para comemorar o Dia do Fuzileiro, uma data instituída pela Marinha que, apenas, pretende institucionalizar algo que há muito era comemorado pelos caramadas, cujo lema é “fuzileiro uma vez, fuzileiro para sempre”.

As comemorações decorreram durante a manhã de ontem na Escola de Fuzileiros: missa, parada militar e homenagem aos camaradas mortos, seguindo-se um almoço de confraternização. Um repasto que serviu para antigos e novos “fuzos” trocarem experiências. Mas foi, sobretudo, nos velhos camaradas que se notou mais animação. É porque o convívio é sempre uma boa altura para recordar episódios do passado, velhas conversas de caserna e, nalguns casos, começar a integrar os filhos no espírito dos fuzileiros. “Os que já saíram mantêm interesse por todo o que diga respeito aos fuzileiros: as novas missões, os no-

vos equipamentos, as armas, tudo”, disse ao DN o comandante Duarte Mendes, do Departamento de Informações do Corpo dos Fuzileiros. O militar declarou ainda que a criação do Dia do Fuzileiro foi uma decisão da Marinha que, no fundo, pretendeu dar um cunho oficial a um encontro que já ocorria entre os militares que fazem e fizeram parte desta tropa de elite da Marinha. A Associação de Fuzileiros também deu um forte impulso à criação da data. O DN procurou falar com o seu presidente, o ex-coordenador da Polícia Judiciária Ilídio Neves, mas este encontra-se hospitalizado devido a um problema cardíaco.

“Desde a Guerra do Ultramar, o Corpo de Fuzileiros foi evoluindo naturalmente e foi sendo preparado para as novas realidades”, descreveu Duarte Mendes, dando como exemplo as novas missões em que os “fuzos” participam: uma força está em alerta permanente a bordo da fragata Corte-Real, no combate à pirataria ao largo da costa da Somália e em preparação está um

missão, juntamente com o Exército, para o Afeganistão.

O Corpo de Fuzileiros da Marinha é a mais antiga tropa de elite portuguesa. A fundação data de 1621, com a designação de Terço da Armada da Coroa de Portugal. Já no período da história recente de Portugal, os “marinheiros do fuzil” foram integrados nos Batalhões Expedicionários e nas Companhias de Marinha, combateram em Angola, Moçambique e Guiné.

Segundo o sítio da Internet da Marinha <http://fuzileiros.marinha.pt/CFuzileiros/site/pt>, durante a Guerra Colonial “os fuzileiros vestiram o camuflado para combaterem na selva, nos rios, nos montes, na savana, patrulhando os rios, desembarcando em botes e em lanchas, efectuando golpes de mão a partir de unidades navais e de helicópteros, garantindo a segurança de instalações da Marinha, participando em combates de todos os tipos”. Actualmente, o corpo de “fuzos” tem 1500 efectivos.

DIA DA MARINHA EM AVEIRO

O Dia da Marinha desde ano comemorou-se na cidade de Aveiro, sendo o centro principal do evento o desfile militar que teve lugar no dia 24 de Maio, no espaço adjacente ao Centro Cultural e de Congresso daquela cidade em frente ao espelho de água. A cerimónia foi presidida pelo Ministro da Defesa Nacional, professor catedrático Nuno Severiano Teixeira e ainda estiveram presentes o Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, doutor João Mira Gomes e o Chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Melo Gomes.

Assistiram ainda os presidentes das Câmaras Municipais de Aveiro e Ílhavo, respectivamente, doutor Élio Maia e engenheiro Ribau Esteves, bem como representantes dos Chefes dos Estados-Maiores do Exército e da Força Aérea e diversas entidades civis e militares.

As forças em parada, comandadas pelo capitão de mar-e-guerra FZ Ferreira Campos, eram formadas pela banda e fanfarras da Armada, sob o comando do 1º ten. mus Délio Gonçalves, um bloco de 17 estandartes das diversas unidades da Marinha e uma da Liga dos Combatentes, com o comando do 1º ten. Monteiro Lopes, que eram escoltado por um pelotão de cadetes da Escola Naval, comandados pelo 1º ten. Baptista Ventura, um batalhão, a duas companhias, sob o comando do capitão de fragata Vizinha Mirones, e dois Batalhões de Fuzileiros, cada um também a duas companhias, comandados, respectivamente, pelos capitães de fragata FZ Leão Seabra e Almeida Gabriel. Das forças, fizeram parte ainda uma unidade integrada com meios do Corpo de Fuzileiros e da Direcção Geral da Autoridade Marítima, sob o comando do Capitão-tenente FZ Pinto Conde.

Foram estas forças que prestaram honras militares da praxe ao Ministro da Defesa Nacional à sua chegada, tendo-se depois iniciado a cerimónia militar propriamente dita,

com a entrega de condecorações aos militares, militarizados e civis que se distinguiram ao serviço da Armada e do País.

Seguidamente, foi prestada uma emotiva homenagem aos mortos, finda a qual o almirante CEMA fez um discurso, cujo texto está inserido noutra local da revista e cujo conteúdo central explicou a importância da economia do mar para o futuro da nação portuguesa.

O Ministro Severiano Teixeira, na sua alocução, dirigiu-se à Armada e aos seus militares, ali presentes, sublinhando que o Governo reconhecia de forma clara e inequívoca a especificidade da carreira militar, que - disse - deve conter uma diferenciação face aos outros servidores do Estado.

O Ministro da Defesa Nacional ainda à reestruturação do sistema militar e à modernização das Forças Armadas, destacando, no caso da Marinha, a recente integração da NRP Bartolomeu Dias, a primeira de duas fragatas em processo de aquisição, bem como ao programa de construção de submarinos da classe Tridente, em desenvolvimento, bem como à construção dos Navios Patrulhas Oceânicos, que estão em fase de criação nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Após o discurso militerial, as forças em parada desfilaram, seguindo-se uma passagem de uma formação da Unidade de Meios de Desembarque do Corpo de Fuzileiros e de dois helicópteros Lynx, que efectuaram várias manobras.

Antes da cerimónia militar, foi celebrada uma missa de sufrágio pelos militares, militarizados e civis, falecidos ao serviço da Armada, que teve lugar na Igreja da Misericórdia, que teve como autoridade eclesiástica-castrense máxima a presidi-la o Bispo das Forças Armadas, D. Januário Torgal Ferreira, que foi acolitado pelo vigário-geral castrense, capelão Manuel Amorim, pelo cape-



lão-chefe da Marinha, Ilídio Costa, e pelos capelães Licínio Silva e Sousa Valério.

Depois do almoço, as comemorações prosseguiram com uma demonstração naval na zona da praia da Barra.

A primeira parte decorreu com uma projecção de um grupo de combate do Destacamento de Acções Especiais (DAE), após acção de assinalagem da praia por parte de um destacamento dos Mergulhadores da Armada.

Seguiu-se a projecção de um pelotão de Reconhecimento, através de dois botes de assalto e demonstração de LARCs.

Entretanto, ao largo, foi simulado um ataque a um navio sequestrado por terroristas, conduzido por elementos do DAE, que se faziam transportar de helicóptero e utilizaram a técnica de fast rope. Dominados os elementos IN, estavam criadas as condições para a actuação da Polícia Marítima que, para o efeito, manobrou a partir de uma lancha rápida.

A demonstração naval terminou assim o desfile naval na barra do Porto de Aveiro, com milhares de pessoas a assistirem e a ovacionarem os marinheiros e fuzileiros.

DIA DA MARINHA

Almirante Melo Gomes

Chefe do Estado-Maior da Armada



Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa Nacional

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Senhores Deputados à Assembleia da República

Senhores Almirantes ex-Chefes do Estado-Maior da Armada

Senhores Generais Representantes do General CEMGFA, CEME e CEMFA

Excelência Reverendíssima Senhor Bispo das Forças Armadas e de Segurança

A memória da viagem que mudou o Mundo é, desde há muitos anos, inspiradora do Dia Marinha. Foi há quinhentos e onze anos que Vasco da Gama chegou a Calecute, marco da Era dos Descobrimentos, da História e do pioneirismo português na globalização.

Este ano comemoramos, também, os 500 anos da batalha naval de Diu, a mais importante da nossa história, onde D. Francisco de Almeida afirmou a supremacia naval portuguesa no Índico.

Foi no mar que nos distinguimos de forma ímpar, é nele que reside o nosso potencial de diferenciação de sempre. Pesa hoje sobre nós a responsabilidade de honrarmos essa herança; uma forma de ser e de estar que há séculos nos tornou “portugueses do mundo”.

No Dia da Marinha, festejamos esta epopeia. Mas, mais do que festejar o que nos é querido e que é importante para o País, devemos progredir imbuídos do espírito de serviço a Portugal, aos portugueses e à Marinha. Lembramos, também, aqueles que serviram esta instituição, cuja história se confunde com a da nacionalidade, e saudamos os que hoje, com abnegação coragem, competência e dedicação, continuam a engrandecer a Marinha e o País.

Ilustres Autoridades

Oficiais, Sargentos, Praças, Militarizados e Civis da Marinha

Distintos convidados, minhas Senhoras e meus Senhores

Muitas crises, pessimismos, desilusões e dificuldades, aparentemente inultrapassáveis, passaram por nós. Mas o futuro sempre esteve e estará nas nossas mãos. Só com liderança, trabalho, muito trabalho, sentido de serviço e mobilização em torno dos desígnios e prioridades nacionais, conseguiremos transmitir valor acrescentado aos vindouros. Digo-o hoje e aqui, porque convictamente acredito que muitos, para além da Marinha e dos marinheiros, partilham desta visão. É com esses que temos que contar.

Foi com o mar que sempre superámos as nossas “repetidas apoquentações”. Ainda aí está. Pronto a reencontrar-se com os portugueses. Tenho para mim que é uma

das mais importantes prioridades nacionais. O transporte por via marítima representa hoje 90% do comércio Mundial, com tendência para aumentar. Pelas águas jurisdicionais portuguesas passa 53% do comércio Europeu e 70% das nossas importações. A totalidade do petróleo e quase 2/3 do gás que consumimos utiliza rotas marítimas relevando bem que a segurança energética nacional depende em absoluto da segurança no mar.

Temos ouvido com atenção eminentes figuras mundiais afirmar que o século XXI será o século do mar. De facto, avolumam-se as razões políticas, económicas, estratégicas e de segurança, para que o mar se constitua num centro de competição de interesses com relevância jamais experimentada pela humanidade. Quase todos os países serão afectados naqueles planos e também noutros sectores transversais, numa rede complexa de interacções.

Portugal, como país ribeirinho por excelência, não pode fugir à regra e tem até razões para sentir que se abrem novas e extraordinárias oportunidades para se afirmar e desenvolver.

Senhor Ministro da Defesa Nacional,

Aceitou V. Ex.^a presidir a esta cerimónia, o que muito nos honra. Interpreto a sua atitude como de apoio governativo ao prosseguimento das grandes linhas de rumo traçadas para a Marinha. Agradeço, pois, esse estímulo e a disponibilidade de V. Ex.^a para estar aqui presente.

Agradeço, também, a todos: autoridades governamentais; autárquicas; representantes da sociedade civil e militar. A vossa presença nesta cerimónia representa, não só o respeito institucional como também, porque não dizê-lo, o carinho pela nossa Marinha, o que nos anima a melhor cumprir a nossa missão.

É neste espírito que festejamos o nosso dia entre Marinheiros, tantas e tão multifacetadas são as actividades que ligam, na história e no

presente, a cidade de Aveiro ao mar e à vida marítima, aliás bem visíveis no carácter da sua gente.

A Capitania de Aveiro foi criada há 172 anos, em 1837, e São Jacinto foi o berço da Aviação Naval, nos tempos idos de 1918, com a edificação do Centro de Aviação Naval e posteriormente com a criação da Escola de Aviação Naval “Almirante Gago Coutinho”. Daqui partiram muitos dos que deram “novos mundos ao mundo” e aqui nasceram também muitos dos que no passado recente e, ainda hoje, “fainam” no nosso e noutros mares.

Todavia, as ligações da Marinha à região de Aveiro não se confinam apenas aos assuntos directamente relacionados com o Mar.

A vertente inovadora da região, potenciada pela Universidade de Aveiro e pelo Pólo do Instituto de Telecomunicações, reconhecidos símbolos de excelência, tem permitido, desde há muito, uma co-operação profícua e uma parceria exemplar no desenvolvimento de soluções tecnológicas de interesse muito relevante para o cumprimento da missão da Marinha.

Celebrando Aveiro, este ano, os 250 anos da sua elevação a cidade, é um dever para a Marinha celebrar aqui o seu dia. Fazemo-lo com muito gosto e honrados pelo convite que nos foi dirigido.

Nesta ocasião, cumpre-me agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro o inex-

cedível apoio que permitiu trazer a Marinha a Aveiro. Agradecimento que se estende ao Senhor Presidente da Câmara de Ílhavo que, desde a primeira hora, tem colaborado no evento.

À população, gente do mar, que pronta e calorosamente sempre nos recebe, e que de forma tão natural quanto espontânea tem aderido a estas comemorações, um obrigado sincero em nome da Marinha.

Ilustres convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Sendo indiscutível a decisiva importância do mar para Portugal, torna-se evidente a necessidade de proteger os interesses nacionais nas áreas marítimas onde possa estar em causa, directa ou indirectamente, a segurança nacional. Esta missão primordial, cometida à Marinha, assume uma dimensão fundamental, não só pela relevância da mesma, mas, também, pela grandeza das áreas de operação e das distâncias envolvidas.

Os portugueses, de uma forma geral, já identificam o valor da Zona Económica Exclusiva nacional, mas talvez ainda não se tenham apercebido das consequências que resultarão da, mais que previsível, ampliação da nossa Plataforma Continental.

A aceitação pelas Nações Unidas da proposta de alargamento da nossa Plataforma Continental, representará um acréscimo de cerca de 2 milhões de km² aos espaços marí-

timos sob soberania ou jurisdição nacional, acarretando para Portugal a soberania sobre uma área que se aproximará dos 4 milhões de Km². Para que se tenha uma ideia das dimensões deste património, a sua superfície corresponde a 40 vezes o território nacional e a mais de 80% da área terrestre dos 27 países membros da União Europeia.

Os recursos hoje exploráveis, quer na Zona Económica Exclusiva quer na Plataforma Continental, constituem uma ínfima parte daquilo que será possível obter no futuro, com a evolução tecnológica.

Face ao progressivo esgotamento a nível global dos recursos em terra, o foco das apetências virar-se-á para o mar, conferindo a Portugal um elevado potencial. Há pois que acautelar este rico património que, segundo estudos recentes, vale hoje, pelo menos, 20.000 milhões de euros por ano.

Por outro lado, o conceito alargado de segurança e a sobreposição parcial da segurança interna com a segurança externa, levam-nos a considerar a necessidade de actuar longe das nossas fronteiras tradicionais, como os tempos recentes têm demonstrado.

A segurança tem de exercer-se onde os nossos interesses estão em jogo. A Marinha tem respondido à chamada, contribuindo para a segurança do mar, seja na fronteira de proximidade, seja onde necessário, nomeadamente no âmbito das alianças e no quadro multilateral.

Não se trata apenas da luta contra a pirataria, muito mediatizada nos últimos tempos, ou das operações contra a imigração ilegal, contra o tráfico de droga ou mesmo das iniciativas contra a proliferação de armas de destruição maciças. O mais importante é o nosso contributo para a segurança da circulação marítima, verdadeiro oxigénio de toda a economia.

Sem segurança no mar, o Mundo globalizado em que vivemos e de que dependemos não teria qual-



quer viabilidade.

Para responder a todos estes desafios, de transcendente importância para o País, a Marinha adoptou um modelo capaz de satisfazer os objectivos estratégicos adequados à grande dimensão do “mar dos portugueses”.

Este modelo, com reflexo no Sistema de Forças Nacional, segue, no essencial, três paradigmas conceptuais: o primeiro define-se como a “Marinha Equilibrada”, privilegiando um conjunto variado de capacidades permitindo o desempenho, com eficácia, de um largo espectro de missões; o segundo caracteriza-se por uma “Marinha Optimizada”, visando a maior eficiência da organização e da articulação de meios; e o terceiro, identifica-se como uma “Marinha de Duplo Uso”, por assumir a função militar e de apoio à política externa em simultâneo com a segurança e autoridade do Estado no mar.

Na linha da tradição naval portuguesa, este sistema valoriza uma lógica funcional de integração e de complementaridade de capacidades, promovendo a economia de esforços e o aproveitamento de sinergias.

Mas, sem um quantitativo de meios navais razoável e moderno, não será possível cumprir adequadamente as missões que nos competem.

A história ensina que nas áreas de interesse directo dos Estados, os vazios da sua presença tendem a ser preenchidos por outros. Esta regra é também aplicável à exploração dos recursos, pelo que não basta tê-los, é preciso defendê-los e preservá-los para deles poder usufruir.

A Marinha tem o seu planeamento de forças de longo prazo bem estruturado, como é exigível, e as aquisições previstas constituem passos significativos para a sua modernização. Estamos preparados e continuamos a apetrechar-nos com os meios mais adequados para fazer face a estas necessidades, reconhecendo o significativo esforço financeiro que tem sido feito nesse



sentido, em especial nas actuais circunstâncias.

As fragatas da classe “Bartolomeu Dias”, os submarinos da classe “Tridente”, os Patrulhas Oceânicos e as Lanchas de Fiscalização Costeira, cujo contrato de aquisição foi recentemente assinado, são exemplos elucidativos deste esforço de modernização.

Porém, a concretização do contrato de aquisição do navio “polivalente logístico”, o mais conjunto de todos os meios do nosso sistema de forças, é um elemento essencial para assegurar a nossa capacidade expedicionária, porque não podemos esquecer o país arquipelágico que somos, as responsabilidades que sobre nós recaem no âmbito dos compromissos com a CPLP e o apoio às comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.

Igualmente, as acções de modernização das fragatas da classe “Vasco da Gama”, imprescindíveis, também, para melhorar a protecção e adaptar os navios e helicópteros aos cenários assimétricos que hoje enfrentamos, e a substituição do nosso reabastecedor de esquadra são necessidades fundamentais para garantirmos a nossa capacidade de projecção externa.

Relativamente aos fuzileiros, aguarda-se a vinda dos veículos blindados anfíbios e ligeiros, a substituição da arma ligeira e o reforço da capacidade de vigilância e protec-

ção. Estes programas potenciarão o emprego desta força de inequívoca qualidade e valia no actual ambiente estratégico, pronta e disponível para ser empregue em quaisquer teatros de operações internacionais.

As novas ameaças fizeram aumentar os requisitos operacionais ao nível do Comando e Controlo, o que levou à recente criação do Centro de Operações Marítimas – COMAR – que assegura o apoio à condução de operações e exercícios e à coordenação das acções no mar, desenvolvendo o conhecimento situacional do espaço de envolvimento marítimo em que actua.

Complementarmente, o actual ambiente estratégico determinou a actuação coordenada e articulada nos espaços marítimos, envolvendo agências e departamentos do Estado. Assim, foi em boa hora criado o Centro Nacional Coordenador Marítimo, visando a conjugação de esforços entre todas as entidades interessadas.

Paralelamente, está em curso a reorganização da estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas, questão que se reveste da maior importância e para a qual tenho procurado contribuir de forma positiva. Todos esperamos que, no decurso do processo legislativo, se estabeleça uma estrutura estável e coerente, independente de desígnios circunstanciais, em prol

de umas Forças Armadas modernas que sirvam adequadamente Portugal.

A natureza e a diversidade das funções desenvolvidas pela Marinha, num quadro de constante evolução tecnológica e de inter-relação com envolventes externas muito ágeis, exigem o alinhamento da nossa estrutura orgânica. Optámos pelo produto operacional, promovendo uma estrutura coerente, articulada e flexível que facilite a colaboração com os diversos actores presentes no mar e que, por outro lado, se ajuste ao novo enquadramento institucional ao nível político-militar.

Assim, na estrutura operacional, vão ser agregados, como a experiência de muitos anos vem aconselhando, os elementos da componente operacional do sistema de forças e outros órgãos relevantes para o cumprimento das missões. Relevância especial será dada à gestão de informação e ao reforço da função de controlo e inspecção

interna no sentido de maximizar a rentabilização dos recursos colocados à nossa disposição.

Considero fundamental, hoje mais do que nunca, investir nos meios navais e nas capacidades. Mas não basta investir! Há que garantir a manutenção dos meios existentes. Nesse âmbito, a empresarialização do Arsenal do Alfeite tem merecido da Marinha uma posição de co-opeção franca e aberta, norteada por um conjunto de princípios que visam a manutenção das competências críticas e a prerrogativa de fixar prioridades na manutenção da esquadra, em sintonia com a exigência das suas missões. Temos interesses coincidentes. Se é certo que o Arsenal não seria viável sem a Marinha, não será menos certo que do bom funcionamento do Arsenal depende, em boa parte, a capacidade da Marinha cumprir a sua missão.

Ilustres convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Permitam-me que me dirija agora

aos Militares, Militarizados e civis da Marinha.

A qualificação e a motivação de todos quantos servem a Marinha constituem factores decisivos para o desempenho das missões.

Orgulhamo-nos de possuir recursos humanos de elevadíssima qualidade, que são a nossa principal riqueza. Conheço as suas expectativas e continuarei, como sempre, a exercer o irrecusável dever de tutela, no sentido da equidade em relação a outros corpos do Estado, reafirmando a especificidade da condição militar e o reconhecimento particular dos que cumprem missões de especial exigência, designadamente no mar.

Continuamos a oferecer aos jovens uma carreira diversificada, estável e cheia de oportunidades, onde transmitimos conhecimento, experiência e o melhor sentido da disciplina e dos valores tradicionais da Marinha.

Neste dia saúdo, especialmente, aqueles que se encontram no cum-



primido das suas missões no mar, no âmbito nacional e no aliado, nomeadamente no Afeganistão e na Força Naval Permanente da NATO cujo comando coube novamente a Portugal, fruto das provas dadas pela Marinha que têm merecido reconhecimento internacional.

Senhor Ministro, distintos convidados.

O lugar da Marinha é no mar! Em 2008 fizemos muito.

Os navios, as unidades de fuzileiros e de mergulhadores, a polícia marítima e os restantes meios da autoridade marítima são diariamente empregues em missões ao serviço de Portugal, numa actividade de que nos orgulhamos. É um orgulho que resulta do trabalho de todos - militares, militarizados e civis - e que o Comandante da Marinha quer com todos partilhar.

Em 2008 garantimos diariamente 14 navios com missão atribuída e navegámos cerca de 41 mil horas. Vistoriámos cerca de 10.000 embarcações. Nos 892 processos de busca e salvamento no mar, foram salvas 707 pessoas, representando uma taxa de sucesso de 97%, ao nível do melhor que se faz no mundo. Releva, também, as acções levadas a cabo no combate à poluição do meio marinho e na repressão de actos ilícitos no mar e no Domínio Público Marítimo, bem visíveis na apreensão de grandes quantidades de estupefacientes e na cooperação fora de fronteiras.

No domínio do conhecimento e investigação do mar, a Marinha tem estado empenhada em projectos fundamentais para o País. Para além da participação decisiva no processo de extensão da plataforma continental, que contou com o apoio e esforço assinalável dos navios hidrográficos, num total de 850 dias no mar, o Instituto hidrográfico está empenhado na definição de rotas seguras para acesso aos principais portos nacionais, na participação no sistema de monitorização ambiental para a ZEE e na construção de uma infra-estrutura nacional de dados do ambiente marítimo, entre muitos outros projectos.

São elementos importantes que nos

deixam orgulhosos. Mas queremos fazer mais. Daí a importância do aumento ao efectivo dos novos patrulhas e lanchas de fiscalização costeira, com a maior brevidade possível.

Aproveito a oportunidade para anunciar, com muito gosto, que um dos futuros patrulhas oceânicos será baptizado com o nome de "RIA DE AVEIRO", como sinal simbólico de respeito e homenagem pelas gentes desta região, que sempre viveram para o mar e que prestigiam e acarinham a sua Marinha.

Senhor Ministro da Defesa Nacional,

O passado e o presente são referências incontornáveis da nossa reflexão, mas é no futuro que se centram as principais preocupações.

Dos vários e complexos enquadramentos que já mencionei, há um que merece a maior ponderação pelos reflexos que terá no nosso País, em muitos domínios.

A confirmar-se o reconhecimento do alargamento da plataforma continental, como todos esperamos, aumentará quase para o dobro a dimensão do que podemos chamar "o nosso território submerso". De facto, passamos a exercer a soberania, para efeitos da exploração de todos os recursos existentes no subsolo marítimo, numa área que se aproximará dos 4 milhões de Km², conforme atrás referi.

Assim, temos que nos preparar, desde já, para assumir esta responsabilidade, que corresponderá, agora por razões diferentes, a um acontecimento só comparável na nossa história à fase inicial da expansão marítima.

Muito justamente, foram criadas estruturas visando uma maior ambição da política marítima portuguesa. Contudo, as tendências modernas do mundo globalizado consideram inseparável a política marítima da estratégia naval. Em consequência, haverá que repensar a dimensão da Marinha face a esta nova realidade. Parece evidente que o planeamento de médio e longo prazo terá que ser reavaliado, uma vez que se antevêm interesses com uma abrangência não prevista

nos nossos objectivos estratégicos actuais.

Por outro lado, a bem de uma verdadeira economia de segurança interessará, mais do que nunca, investir na agregação de funções e aproveitamento de sinergias, evitando os desperdícios inerentes à dispersão de estruturas vocacionadas para a segurança no mar, especialmente quando os recursos financeiros não abundam.

"Nas coisas do mar" não se pode actuar aleatoriamente e as Marinhas não se improvisam, antes requerem planeamentos de longo prazo, constantemente actualizados.

É verdade que neste aspecto temos progredido muito a nível nacional e recuperado algum tempo perdido, mas julgo imperativo acelerar o ritmo das realizações, se quisermos estar à altura de enfrentar os desafios que se perfilam no horizonte.

Tenho a perfeita noção de que estas questões são iminentemente políticas, pelo que a Marinha estará sempre pronta a colaborar, com lealdade e entusiasmo, na procura das melhores soluções.

Como militares e marinheiros estamos habituados a sacrifícios, à subordinação dos interesses individuais aos colectivos, a uma forte solidariedade perante as adversidades e a não regatear esforços pelo País.

Consciente das condicionantes, mas confiante nas capacidades das mulheres e dos homens que comandam, manifesto a V. Ex.^a o firme propósito da Marinha continuar a honrar Portugal no Mar, na certeza que sabendo onde estamos, e para onde queremos ir, teremos o rasgo de reconhecer que os rumos mais fáceis, são sempre os mais cómodos, nas nem sempre são os que melhor servem os portugueses e a sua Marinha.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA ASSISTE A EXERCÍCIOS DA MARINHA DE GUERRA



No dia 3 de Junho passado, o Presidente da República, Cavaco Silva, acompanhado pelo Ministro da Defesa Nacional, Severiano Teixeira, pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Valença Pinto e pelo secretário-geral do Sistema de Segurança Interna, Mário Mendes, efectuaram uma visita à Marinha de Guerra Portuguesa, assistindo, directamente, à explanação sobre o papel desempenhado actualmente pela Armada e, ao mesmo tempo, viu, em acção, unidades operacionais do ramo, incluindo actuações de fuzileiros em várias vertentes.

O Chefe de Estado embarcou, no porto de Setúbal, na NRP “Centaurus” e seguiu, depois, para um ponto de apoio em Tróia, onde o almirante Chefe de Estado-Maior da Armada, Melo Gomes, fez uma exposição sobre o papel da Marinha de Guerra nos tempos actuais, relevando nomeadamente o seu papel destacado na Defesa Nacional, na segurança e autoridade do Estado, bem como na evolução científica e cultural do país. Aquele oficial general sublinhou ainda a missão necessária de coordenação e articulação de todas as entidades nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacionais, nomeando a propósito o Centro Nacional Coordenador Marítimo.

O programa de demonstração naval que se seguiu foi apresentado pelo comandante naval, vice-almirante Saldanha Lopes, cuja acção prática teve lugar no estu-

ário do Tejo e na praia de Pinheiro da Cruz.

Nas duas fases estiveram presentes unidades de fuzileiros.

Na primeira, um simulacro de controlo de um navio português por quatro assaltantes, tendo como alvo, neste caso, figurado, o NRP “Bérrio”. Duas equipas do DAE fizeram um assalto ao navio sequestrado, a primeira equipa, deslocando-se numa embarcação de alta velocidade, e a segunda, por helitransporte (Lynx), enquanto uma lancha de desembarque (“Barracuda”) se posicionava para evitar ou restringir um eventual derrame de combustível. Duas lanchas de alta velocidade da Polícia Marítima actuaram em seguida, após o navio ter sido considerado seguro. Depois, entraram a bordo para completar as suas missões as restantes entidades: PJ, SEF e ASAE.

A outra fase de demonstração deu-se em Pinheiro da Cruz, tendo antes sido dado um briefing ao Presidente da República sobre a acção que iria ser efectuada. Esta esteve a cargo de uma unidade do Batalhão Ligeiro de Desembarque, sob o comando do capitão de fragata FZ Almeida Gabriel, onde foram apresentadas as capacidades de projecção das forças, com desembarque em costa aberta, manobra táctica no terreno e reembarque.

O Chefe de Estado assistiu à demonstração a bordo do NRP “Afonso Cerqueira”.

ASSOCIAÇÃO DE FUZILEIROS CELEBRA MISSA SOLENE PELOS MARINHEIROS MORTOS

CHEFE DE ESTADO PRESIDE A 22 DE JANEIRO

A Associação De Fuzileiros vai mandar celebrar uma missa solene em memória dos marinheiros mortos em combate na Guerra do Ultramar, que se efectuara a 22 de Janeiro do próximo ano, sob a presença do Presidente da República.

O acto litúrgico efectua-se na Igreja de N. Sra. do Rosário e Descobrimentos no Barreiro, sendo oficiante o bispo castrense das Forças Armadas, D. Januário Torgal Ferreira.

Findo o acto litúrgico, o chefe de Estado visita a Sede da Associação de Fuzileiros, onde discernará uma placa alusiva ao evento.

ASSEMBLEIA GERAL

Deliberações



Realizou-se, no dia 28 de Maio, pelas 15,30 horas, a Assembleia-geral ordinária, na sede da Associação, na Rua Miguel Pães, nº 25, no Barreiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1º- Deliberação sobre o relatório e contas da Direcção, respeitante ao ano de 2008 e respectivo parecer do Conselho Fiscal.

2º- Alteração dos Estatutos no respeitante à criação de Núcleos ou Delegações da Associação de Fuzileiros.

3º- Alteração do Regulamento Interno sobre o pagamento da Jóia, no momento da admissão de novos sócios.

4º- Adesão da Associação de Fuzileiros à Federação Nacional das Associações de Combatentes.

5º- Concessão da categoria de Sócio Honorário ao senhor Almirante Nuno Gonçalo Vieira Matias.

Em virtude de não estar presente a maioria absoluta de sócios, mas apenas pouco mais que uma centena, a Assembleia só começou trinta minutos depois da hora marcada, de acordo com os Estatutos.

O primeiro ponto resultou na aprovação por unanimidade e louvor.

O segundo, resultou na aprovação por unanimidade dos Artigos 3º, dos Estatutos, (sede) e 4º, do Regulamento Interno (Organização Regional).

No Artigo dos Estatutos foi eliminada a palavra “Núcleos”.

Na Organização Regional, o termo “Delegações/Núcleos” passa a ser designado, tão-somente, por Delegações.

A criação de Delegações, não deverá ficar sujeita a qualquer condicionamento geográfico, ficando a sua constituição dependente da capacidade organizativa dos associados de cada região.

Todavia, para poder ser criada uma Delegação, numa determinada localidade do país, ela terá que reunir o número mínimo de 25 sócios. No estrangeiro, as Delegações poderão ser constituídas com um número inferior.

Os benefícios a conceder às Delegações, que em cada momento sejam estabelecidos, pela Direcção Nacional, só terão efeito se as mesmas tiverem um número superior a 50 sócios.

O espaço físico e social da Delegação, ficará sempre a cargo e à responsabilidade dos seus órgãos

sociais, cujos deveres de exercício constarão do Regulamento Interno. Foi ainda aprovada a cláusula transitória que refere que: A criação de novas Delegações só se tornará efectiva depois de obtido o Estatuto de Utilidade Pública, que se encontra em curso.

O terceiro, foi aprovado por unanimidade, passando o nº3, do Artigo 15º, do Regulamento Interno, a ter a redacção seguinte:

O pagamento da Jóia terá carácter de donativo e será facultativo para a admissão de novos sócios.

O quarto, foi aprovada a decisão de não adesão, à Federação Nacional das Associações de Combatentes, verificando-se apenas um voto contra e uma abstenção.

O quinto, foi aprovada, por unanimidade, a concessão da categoria de Sócio Honorário ao Senhor Almirante Nuno Vieira Matias.

10 DE JUNHO

Mário Manso

Comemorar o 10 de Junho deve ser um imperativo dos combatentes que conseguiram sobreviver e que ainda vão podendo deslocar-se, ao forte do bom sucesso, em cujas paredes viradas a terra, se encontram os nomes dos combatentes a quem a guerra colonial não poupou a vida. É um local, que merece a nossa veneração, os nossos camaradas vão sentir-se mais reconfortados.

Lá estiveram muitos combatentes, que de forma continuada, não são ingratos, para quem com eles lutou e morreu. Exemplos que infelizmente não são seguidos por quem de direito, que apenas mostra desprezo e desrespeito. Mas como somos teimosos, vamo-nos fazendo ouvir, mesmo aos mais duros ouvidos de marcador. Mas a razão, é como a água em pedra dura, tanto bate, até que fura. É preciso resistir, sem nos deixarmos iludir.

NÚCLEO DE FUZILEIROS DO PORTO

O Núcleo de Fuzileiros do Porto, sempre muito activo, efectuou ao longo destes anos vários eventos e confraternizações de que se destacou uma sardinhada de S. João, a 13 de Junho, a sua presença em Fevereiro na Exponor, onde participou a Marinha, com uma secção do RECON da CAF do Corpo de Fuzileiros, finalmente, a grande comitiva que veio até à Escola de Fuzileiros para o “Dia dos Fuzileiros”.

O evento mais significativo decorreu no dia 18 de Abril, nas comemorações do 7.º aniversário do respectivo Núcleo, que contou com a presença do Comandante do Corpo de Fuzileiros, Almirante Picciochi, em representação do Almirante CEMA, e ainda, a Associação de Fuzileiros, através do seu Pre-



sidente Ilidio Neves, bem como do Comandante Miranda de Castro, da zona Marítima do Norte e Capitania do Douro/Leixões.

Deste evento, destacamos o discurso do Presidente da Direcção da Associação de Fuzileiros!

DISCURSO DO PRESIDENTE DA DIRECÇÃO NO ANIVERSÁRIO DA DELEGAÇÃO DO PORTO

“Apesar da pouca disponibilidade de tempo de que disponho e do sacrifício do convívio familiar, agora com o brilho apelativo de um netinho.

É sempre com acrescido prazer que me encontro no meio desta outra grande família, dinâmica, recheada de gente jovem, com a salutar irreverência que emerge de um turbilhão de sentimentos nobres, de solidariedade, de camaradagem, de fraternidade e de amizade, com suportes na destreza e na coragem com que foram matizados e contaminados durante a passagem pela Escola de Fuzileiros.

Hoje é um dia de festa, o dia de aniversário, vivido certamente com emoção e alegria, a que acresce o brilho e o significado que lhe confere a presença entre nós de Sua Excelência o Almirante Torres Picciochi, o distinto e digníssimo Comandante do Corpo de Fuzileiros, expressão máxima, neste momento, desta

nossa prestigiada Instituição. É uma honra, um estímulo e um incentivo para todos nós, senhor Almirante, tê-lo connosco, neste dia e neste momento.

A Associação de Fuzileiros é ainda muito jovem, mas vai-se impondo, paulatinamente, com grande esplendor, indiscutível prestígio e muita dignidade, no meio associativo nacional, com reflexos clarividentes pelos quatro cantos do mundo.

Sobretudo pelo seu prestígio institucional, mas também pela qualidade e grandeza dos seus membros, pelos princípios que a enformam e pelos valores que defende.

Esta essência foi concebida e cultivada na “Casa Mãe”, na Escola de Fuzileiros, e depois difundida e consolidada pelas distantes e inóspitas terras do ultramar, no passado, e hoje reafirmada por muitos outros pontos do globo, sempre

com a chancela da competência, da eficácia, da disciplina e da destreza, o que certamente lhe garante a continuidade.

Sempre, em todos os momentos e circunstâncias, existiram momentos bons, outros menos bons e mesmo



alguns bastante maus. Conflitos de vária ordem: de interesses, de rebeldia e de diversos outros focos de indisciplina, quase sempre originados por ensejos desmesurados de poder e de afirmação, acarretando arrufos e desordem, muitas vezes despropositadamente.

Todavia, quando a necessidade obrigava, quando o sacrifício exigia, quando o perigo espreitava ou quando a dignidade de qualquer um de nós era ameaçada ou posta em causa, logo surgiam imponentes os impulsos solidários, reaparecia o espírito de entreatajuda, irradiava a compreensão e todos procuravam afanosamente o bem comum.

Este refinado sentido de camaradagem tem-se imposto de geração em geração e tem constituído um exemplo excelso para toda a gente, especialmente nos con-



frontos comportamentais ante as instituições congéneres.

É por tudo isto, meus caros camaradas e amigos, que, na qualidade de Presidente da Direcção da Associação de Fuzileiros, apelo com veemência à compreensão e ao bom senso de todos, no sentido de continuarmos sempre irmanados na defesa e manutenção destes sublimes princípios, para que, apesar de alguns devaneios de circunstância ou algumas atitudes infelizes,

nos mantenhamos unidos, coerentes, em ambiente de fraternidade e amizade, envolvidos nesta mística grandiosa e singular, que nos distingue dos demais.

É com este propósito, sincero e muito sentido, que na pessoa do Presidente do Núcleo, o meu caro amigo Adriano, vos quero abraçar e felicitar a todos, entregando-vos, com uma singela dedicatória alusiva, uma cresta com o símbolo da nossa Associação.”

5º ENCONTRO DO DFE Nº 4 – GUINÉ 1965-1967

Lopes Henriques

No passado dia 18 de Outubro de 2008, mais uma vez unidos pelos mesmos sentimentos de fraternidade e amizade, os elementos do DFE-4, familiares e amigos, marcaram presença na Escola de Fuzileiros, para participarem na cerimónia de homenagem aos seus camaradas e amigos que tombaram em combate, em defesa da Pátria, nas inóspitas e tórridas terras de África.

As presenças de Suas Excelências, os Contra-Almirantes Luís Miguel Cortes Picciochi, Dgmo. Comandante do Corpo de Fuzileiros e Isaías Augusto P. Gomes Teixeira, ex-Comandante do NRP HIDRA, que combateu na Guiné, no mesmo período, e ainda do CMG José António Ruivo, Comandante da Escola de Fuzileiros, deram lustre e dignidade à cerimónia.

Durante as honras militares, junto ao monumento dos Fuzileiros falecidos, o Comandante do Destacamento, CMG Rui Jorge de Aguiar



dos Santos Paiva, depositou uma coroa de flores.

Terminadas as homenagens, foi celebrada uma missa, pelo ilustre Capelão Licínio Silva, em intenção de todos os Fuzileiros falecidos. Seguiu-se uma visita ao renovado Museu do Fuzileiro, símbolo do orgulho desta distinta classe.

Terminada a visita, a emocionada comitiva rumou ao Barreiro, onde, nas instalações da Associação de Fuzileiros, foi servido um lauto almoço, durante o qual foram proferidas algumas alocuções, eivadas de emoção, lembrando episódios passados durante a comissão, designadamente pela voz do Imediato

CFRG Francisco Carvalho Rosado, e do Comandante, que realçou o espírito de sacrifício, coragem, determinação e disciplina, que caracterizam os Fuzileiros, permitindo-lhes ultrapassar momentos difíceis em situações de grande risco, força que os une para todo o sempre.

O comandante do Destacamento, fez questão de convidar as altas Entidades presentes para com ele cortarem o bolo, que ele mesmo ofereceu, gesto que foi efusivamente aplaudido por todos os presentes. Foi com a emoção e a satisfação estampadas no rosto, que todos se despediram, num abraço fraterno até ao próximo encontro.

CMG FZ(E)

FRANCISCO MANUEL LHANO PRETO

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Manuel Lhano Preto, nasceu em 12 de Julho de 1948 em Trás-os-Montes, na aldeia de Caçarelhos, distrito de Bragança.

Frequentava a Universidade de Engenharia no Porto, quando em Setembro de 1970 foi chamado para os Fuzileiros. Frequentou o Curso de Formação do Oficiais da Reserva Naval (CFORN), na Escola Naval e de seguida o Curso de Fuzileiros Especiais, na Escola de Fuzileiros.

Apesar de se ter voluntariado para a Guiné, foi nomeado para frequentar o Curso de Imediato de Destacamento.

Terminado o curso, iniciou a formação do Destacamento Nº 9 de Fuzileiros Especiais, tendo permanecido em frente de combate com esta Unidade, em Moçambique, de 1971 a 1973, onde foi promovido a 2º Ten.

Por convite do Alm. Comandante Naval de Moçambique, continuou numa missão especial, até finais de 1974. É desta missão que vou falar.

Logo que regressou a Portugal, foi convidado para Imediato da Companhia de Fuzileiros Nº 23, que ajudou a formar. Em 1975 assume o Comando da mesma Companhia.

Em Maio de 1979 regressa à Escola de Fuzileiros para assumir o cargo de Comandante da Instrução Técnica Básica (ITB).

Em Agosto de 1980 assume o cargo de 2º Comandante do Batalhão de Fuzileiros nº 2 e frequenta em acumulação o Ace Senior Officer Orientation Course e o Curso Básico de Inglês.

Entre 1981 e 1982 frequentou o Amphibious Warfare Course nos Estados Unidos, tendo sido classificado como Graduado de Honra. No último ano ainda frequentou o Curso Geral Naval de Guerra.

Entre 1983 e 1987 assumiu o cargo de Director de Instrução e de Comandante do Batalhão de Instrução, tendo ainda frequentado os Cursos de Técnicas de Teste e Validação do Treino e Gestão do Sistema de Treino.

Como CFR comandou durante mais de dois anos, o Batalhão de Fuzileiros nº 3, tendo frequentado ainda o Curso de Estados-Maiores Conjuntos.

No final de 1989 ocupou o cargo de Chefe do Estado-Maior da Força de Fuzileiros do Continente.

Em finais de 1993, logo que promovido a CMG, recebe o Comando da Base de Fuzileiros.

No período de Out. de 1996 a Out. de 1999 chefiou o Gabinete para a Cooperação no Estado-Maior da Armada.

Em 22 de Outubro de 1999 assumiu o Comando da Escola de Fuzileiros até Outubro de 2002, tendo neste período acumulado, nos últimos 18 meses, o cargo de 2º Comandante do Corpo de Fuzileiros.

Entre 2002 e 2004 desempenhou o cargo de Assessor dos Fuzileiros de Angola. Actualmente é Subdirector da Missão de Fiscalização e Acompanhamento (MAF) das Viaturas Blindadas de Rodas (VBRs) e Chefe do Grupo de Projecto para Integração das VBLA na Marinha.

O CMG Lhano Preto é casado com a Sr. D. Isabel Maria e tem dois filhos, a Maria Inês e o Pedro Miguel.

É possuidor das seguintes condecorações:

- _ Distintivo da Ordem de Torre e Espada
- _ Ordem Militar de Avis (Comendador)
- _ Medalha de Serviços Distintos com Palma
- _ 3 Medalhas de Serviços Distintos (Prata)
- _ Medalha de Mérito Militar de 1ª Classe
- _ Medalha de Mérito Militar de 2ª classe
- _ Medalha Militar de Comportamento Exemplar (Ouro)
- _ 2 Medalhas comemorativas das Campanhas (Moçambique 71-73 e Moçambique 73-74)
- _ Medalha da Cruz Naval (2ª classe)



Na sequência das entrevistas com personalidades da Armada portuguesa, que tiveram uma acção de relevo no interior na Marinha no exercício das suas funções na actividade operacional em ligação com os fuzileiros, a escolha desta vez tem como alvo uma personalidade que exerceu duplos cargos, em simultaneidade, ao serviço de Portugal.

Assim, o escolhido é o capitão de mar-e-guerra fuzileiro Lhano Preto. Em determinado período da sua vida, o comandante Preto foi, ao mesmo tempo, oficial da Marinha de Guerra portuguesa em Moçambique e oficial da Armada do Malawi. Ou seja, o comandante Preto esteve ao serviço da Marinha do Malawi, em missão “encoberta”, com o conhecimento e o assentimento das autoridades governamentais portuguesas.

Este é um episódio pouco conhecido, mas foi uma das missões “clandestinas” mais prolongadas e eficientes efectuadas no antigo Ultramar Português, que durou de 1968 até 1974, e foi protagonizado por oficiais da Marinha de Guerra. Começou, então, com um jovem segundo-tenente da classe de Marinha da Reserva Naval e acabou com dois segundos-tenentes da classe

de fuzileiros, um dos quais, precisamente, o nosso entrevistado: o agora comandante na reserva Francisco Manuel Lhano Preto. Este foi incorporado na Armada em Setembro de 1970, como cadete fuzileiro, tendo sido promovido em Abril de 1971 a aspirante, com a especialidade de fuzileiro especial.

Des.: O senhor comandante tem um curriculum profissional militar de décadas nos fuzileiros que começou em 1970 e, ainda hoje, apesar de estar na Reserva, continua ao serviço. No entanto, existe na sua actividade uma faceta menos conhecida, mas que foi importante: fez parte dos quadros, ao mesmo tempo, das Marinhas de Guerra de Portugal e do Malawi, com autorização dos seus superiores hierárquicos. Como é que isto aconteceu?

Cmdt. Preto: *Era, então, segundo-tenente. Exercia as funções de imediato de um Destacamento de Fuzileiros Especiais, o nº 9, sediado em Magué Velho, Moçambique, sob o comando do primeiro-tenente Bandeira Ennes. Era jovem, muito jovem. Não tinha, naquela altura, formação do que se passava a nível estratégico. Fui directamente entusiasmado e ainda, por cima, convidado por um almirante para tal missão. Talvez iludido pela minha juventude - tinha 23 anos - e a atracção de fazer algo fora do comum, levaram-me a aceitar.*

Des.: Estava, com quase, quatro anos de Marinha, era a sua segunda comissão?

Cmdt. Preto: *Não, estava no fim da primeira comissão. Já tinha dois anos de comissão no DFE 9, era o imediato da unidade. O almirante Jaime Lopes e o capitão de mar-e-guerra Miranda Gomes entusiasmaram-me muito. Consideravam que tinha capacidade e enquadramento suficiente, e isto porque o comandante do destacamento passava a maior parte do tempo em*

Tete e a unidade estava sediada no Magué Velho. Na prática, quem exercia o comando efectivo da unidade era eu. O almirante afirmava e dizia-me que eu tinha capacidade suficiente para viver momentos difíceis. E isto, porque nessa altura, já ninguém queria aceitar o cargo no exterior e o desafio. O Malawi era percorrido por problemas graves. Havia mortos com frequência. O governo malawiano para desviar a atenção, sustentavam que “eram malucos que matavam outras pessoas”. Mas, os problemas provinham da FRELIMO e, havia agitação das forças da FRELIMO, possivelmente, para fomentar uma revolta interna no país.

Des.: Foi substituir outro oficial português?

Cmdt. Preto: *Sim. Fui substituir um oficial que tinha saído, porque a lancha que comandava (de nome John Chiliembwe, que fora, anteriormente, a Castor portuguesa) tinha sido atacada.*

Oficialmente, a transferência da lancha “Castor”, por empréstimo, para a Marinha do Malawi, foi um acto legal. Tudo começou com uma cerimónia pública efectuada em Metangula - o nome legal da povoação era Augusto Cardoso, na margem do Lago Niassa -, que se realizou a 5 de Agosto de 1968. Foi assinado um acordo. Por parte de Portugal, a assinatura esteve a cargo do então comodoro Tierno Bagulho, comandante naval de Moçambique e o representante do governo do Malawi foi o ministro da Economia Aleke Banda, que era também o Presidente do Malawi Youngers Pionners, a guarda pretoriana do regime daquele país. Na cerimónia, a Castor viu ser-lhe arriada a bandeira por um oficial português, Francisco Freire, de seu nome, que a entregou a um “oficial malawiano” chamado Manuel Agrelós que, entretanto, “desaparecera” e abandonara o comando da lancha “Mercúrio”,

com o posto de segundo-tenente e agora, na cerimónia vestia a farda dos Pioners e ascendera a primeiro-tenente. Para as autoridades portuguesas, “desertara”. Na realidade, passou a desempenhar uma missão “encoberta”, cujo objectivo era o controlo naval de toda a bacia do Niassa e a recolha de informações. A lancha passou a chamar-se desde então “John Chilembwe”. Dois anos mais tarde, uma outra lancha de fiscalização, a “Regulus”, foi transferida por empréstimo, e baptizada de “Chibiza”. Passaram então a haver dois oficiais da Armada portuguesa do outro lado, no Estado malawiano.

Des.: Mas, então ainda havia apenas uma LFP ao serviço do Malawi?

Cmdt. Preto: *Não, nesta altura, já havia dois oficiais e duas lanchas portuguesas ao serviço do Malawi. Cada lancha tinha um oficial. Eu era o mais antigo, mas comigo estava um camarada, que comandava a Chibiza. Chamava-se Morgado. Depois, ele teve um problema a fazer ski e eu propus que fosse indigitado o Berbereia Moniz, que então pertencia ao meu destacamento. Eu tinha alguma estima por ele. Deste modo, ele foi convidado para substituir o Morgado. Convém referir que havia duas lanchas de fiscalização, mais uma para treino, uma lancha de pesca, que foi transformada para treino do malawaianos.*

Des.: Vocês participavam na vida política do Malawi?

Cmdt. Preto: *Tínhamos alguma participação. Naturalmente, não era muita, porque eles não queriam mostrar todo o seu funcionamento interno. O Malawi estava dividido por duas componentes no apoio externo: os ingleses enquadravam, em boa parte, a polícia, e as Forças Armadas eram dominadas pelos Pioners, que tinha uma componen-*



Hotel no Malawi, onde viviam os oficiais portugueses

te de apoio elevado da Marinha portuguesa e também, por militares do Exército português.

Des.: Quer dizer que o Exército tinha alguns dos seus oficiais em serviço “clandestino”?

Cmdt. Preto: Sim. Houve sempre. Davam assessoria, comando. O exército dava mais assessoria, nós, na Marinha eram mos mais comando até porque actuávamos até na fiscalização. Claro que não fazíamos isto às claras. Agíamos pondo em acção os oficiais do Malawi que estavam sob a nossa alçada e que nós treinávamos.

Des.: Os primeiros oficiais de Marinha chegaram a participar em sessões do Conselho de Ministros do Malawi?

Cmdt. Preto: Chegaram. Em particular, o primeiro. E nós também realizávamos reuniões com os ministros e eu cheguei a estar ao lado do Presidente da República (Hastings Banda). Numa cerimónia comemorativa da Declaração de Independência do país eu fiquei sentado no Blantyre Stadium, ao lado do Presidente, numa posição em que Banda nos considerava como membros do seu próprio governo.

Des.: Ora, esta situação vai inverter-se com o 25 de Abril de 1974. Na prática, vocês passaram de amigos para inimigos?

Cmdt. Preto: Passamos não. Como houve a Revolução em Portugal e aqui (em Lisboa) ninguém sabia o que estava a suceder connosco no Malawi. Desconheciam mesmo o que tinha sido negociado. Ora, o regime do Malawi, sustentava, realmente, que o caso estava nas nossas mãos. Temos de assinalar que do ponto de vista do governo de Banda, toda a agricultura, toda a indústria relevante, toda a rede de transportes marítimos girava à volta do lago. Era neste que navegavam os pequenos petroleiros que abasteciam a economia na região. Os grandes transportes de passageiros e um deles era já uma embarcação de grande porte que inclusive movimentava as pessoas da Tanzânia para os vários locais, também se serviam do lago. Ora, quem controlava, do ponto de vista militar-naval, esse lago, éramos nós. Como para Banda não havia da parte de Portugal (das novas autoridades) qualquer informação sobre como se iria desenvolver o relacionamento, sentiram na obrigação de nos perguntar e aperceber-se qual seria a orientação futura.

Des.: Como não havia orientação, prenderam-vos?

Cmdt. Preto: Certo e tivemos de ser nós a libertarmo-nos. Tenho de precisar. Verdadeiramente o único a ser preso fui eu. Houve duas ocasiões distintas. Numa primeira vez fui eu detido porque o Presidente (Banda) quis realmente saber se Portugal iria entregar, formalmente, as lanchas, se as autoridades portuguesas desejavam continuar a parceria que fora estabelecida anteriormente. Porque, na realidade, havia uma parceria, já que o Malawi nos fornecia combustível para abastecimento das unidades da região. Havia uma Lancha de Desembarque, de nome Chipa, que estava pintada com as cores de uma empresa nacional e transbordava combustíveis que, oficialmente, seriam destinados a fins civis (tractores e alfaias agrícolas). Ora, do que me lembro, naquela área só havia um tractor e este era da Marinha. Na realidade, o abastecimento destinava-se às unidades militares, incluindo as lanchas portuguesas.

Des.: Com a situação a complicar-se, vocês foram retirados pela flotilha de lanchas de Metangula?

Cmdt. Preto: Na primeira vez, não fomos retirados. Nessa ocasião eu fui levado para Blantyre. Estive durante um dia e meio desaparecido. Mas na ida para a capital consegui contactar com o embaixador João Proença que, naturalmente, me apoiou. E então resolvi o problema pelos próprios meios. A segunda vez, levei uma equipa muito grande que era para a entrega das lanchas e logicamente aí a situação tornou-se mais difícil. Porque não podia resolver o problema (que envolvia orientações de Estado para Estado) e procuramos solucionar o diferendo por meios diplomáticos. Entrou o embaixador, entrou o próprio comandante naval avançado, embora ele não estivesse

ao par dos meandros da operação. De qualquer forma, a Marinha Portuguesa, vendo que havia dificuldades da nossa passagem do Malawi para Metangula, enviou duas lanchas, uma LFP, com fuzileiros a bordo que foi ao local e uma LDM, que transportou materiais que foram entregues ao Malawi. Quem comandou esta força foi o primeiro-tenente Ribeiro Ferreira (hoje almirante na reforma), que era o comandante da flotilha de lanchas e nos foi buscar.

Des.: Foi tudo resolvido depois com a passagem das lanchas para o Malawi?

Cmdt. Preto: Sim. Foi tudo resolvido. Mais tarde, foi aceite que haveria a transferência, que não foi feita da melhor maneira. Era para ser efectuada com um acto oficial em Blantyre, que foi cancelado, porque Portugal no mesmo dia cortou relações diplomáticas com o Malawi.

Des.: Acabou desse modo a sua comissão em Moçambique. O senhor comandante entrou depois para a carreira de oficial fuzileiro, ocupou várias postos e funções, nomeadamente as de comandante da Escola de Fuzileiros e da Base de Fuzileiros e ainda da de segundo-comandante do Corpo de Fuzileiros. Teve, portanto, uma longa experiência, antes e depois do 25 de Abril. Considera que a operacionalidade dos Fuzileiros perdeu força neste trajecto?

Cmdt. Preto: Eu acho que os fuzileiros, para o contexto actual, estão, mais ou menos, preparados, mas, se compararmos com alguns anos atrás, para as missões que nós tínhamos, não estarão. Porque hoje as missões são mais difíceis de concretizar, porque a operação de apoio à paz ou outra que, à partida, parece ser fácil. Na realidade, temos de ter um controlo mais eficiente e sério de nós próprios. Ora antes, nós disparávamos quando víamos ou pensávamos que era o inimigo. Em geral, eu penso que os fuzileiros



Instalações Navais de Matangula - Moçambique

estão preparados mas, eu diria assim, se agora eu tivesse de ir com eles para uma missão humanitária ou de apoio à paz, eu teria um treino muito intenso, como nós fazíamos antes do 25 de Abril, quando íamos para África e quando lá nos adaptávamos. Isto não se deveria perder. Nós precisamos desse treino específico que existia então.

Des.: Em certos meios militares e políticos, admite-se que as forças especiais militares deveriam ser centralizados, com um comando único e sem distinções de arma ou sector profissional. Concorde com esta posição?

Cmdt. Preto: Eu acho que já houve tentativas de aglutinar as tropas especiais, mais do que uma vez. O único contra que eu vejo é: cada grupo tem missões muito específicas e tem de ser treinado, com especial acuidade, nessas missões. Se não o fizer, irá perder qualidades. O fuzileiro pode saltar de helicóptero ou de avião, ser paraquedista, mas se empenhar no treino de paraquedismo, naturalmente, perde qualidades no objectivo no qual se empenha que é o desembarque. Como é do conhecimento de que anda nesta actividade, o desembarque que é a missão mais complicada que existe. Ora, se as forças especiais se estruturarem para fazerem tudo ao mesmo tempo, a situação

tornar-se-á complicada. Não haverá maior preparação, características mais diferenciadas quando as precisamos. O fuzileiro, se deixar de treinar com afinco e de maneira continuada, a sua especialização, irá fraquejar no momento essencial, vital. Repare-se que os norte-americanos, que estudam, com mais profundidade, a preparação das suas tropas, atendendo a sua evolução futura, salientam que os "marines" serão sempre "marines". Veja-se ainda que os ingleses e os holandeses, que têm uma grande preocupação com as operações das forças especiais, quando houve uma regressão das forças especiais no conjunto, eles aumentaram os seus fuzileiros.

Des.: Os fuzileiros portugueses, presentemente, estão apetrechados?

Cmdt. Preto: Eu penso que os fuzileiros estão bem apetrechados, tão bem ou melhor que todas as forças. O meu problema é, na realidade, não terem tido missões. As missões internacionais são fundamentais e os fuzileiros não as tem efectuado, o que restringe a sua capacidade de os obrigar a pensar no novo tipo de acções de combate, e a pensar no futuro. A sua aprendizagem consistente é feita com essa actividade mais regular e contínua. Não é só fazer treinos. Elas, as missões,

são a parte mais importante para uma rodagem mais eficaz e com a visão de se integrar nos combates futuros. Ora, os fuzileiros tem estado muito pouco integrados nessas missões internacionais.

Des.: Os fuzileiros portugueses participaram, recentemente, numa acção integrada internacional ao largo da costa da Somália. Considera que são estas missões que devem merecer a participação de fuzileiros?

Cmdt. Preto: *Essas missões são, na realidade, sempre importantes. São o apoio ao navio. O fuzileiro, neste caso, não é independente, é o apoio a uma equipa integrada num grupo mais complexo e importante. Acho que o fuzileiro deve ser treinado nesse tipo de actividade, mas não se pode perder o objectivo da companhia, e, eu direi - indo se calhar contra a orientação actual da Marinha - o objectivo do batalhão no futuro. Cumprir uma (ou a) missão internacional, pelo menos a nível de companhia, é essencial. Com comando próprio. E isto porque, num passado recente, os fuzileiros, quando se "isolavam" na sua acção, tornavam-se cada vez mais fortes, mais aglutinados e mais eficazes.*

Des.: Está a dizer que os fuzileiros, na actualidade, devem agir independentemente de outras forças especiais?

Cmdt. Preto: *Devem, em determinadas situações, actuar com outras forças especiais, mas, quando for necessário, devem, essencialmente, treinar e ter missões específicas para eles, que devem cumprir e saber que as têm de cumprir com comando próprio. Treinar comandos é fundamental. Esse tipo de comando será o futuro oficial de Estado-Maior e comando de corpo, que precisa de saber no país o que se passa no mundo. Saber o que se passa no Mundo significa que tem de entrar em missões internacionais.*

Des.: Uma questão delicada: os

fuzileiros deveriam separar-se da Marinha?

Cmdt. Preto: *Penso que não. Os fuzileiros estiveram sempre muito bem na Marinha. Houve momentos que a Marinha não viu essa necessidade. Mas, considero que, hoje, a Marinha já compreende muito mais os fuzileiros e, cada vez mais, já compreender a sua importância. A Marinha necessita dos seus fuzileiros. A Marinha e os Fuzileiros não são duas componentes, mas um grupo só, homogéneo, que precisavam um do outro.*

Des.: Na sua opinião, então, já deveria estar ao serviço da Armada o navio polivalente?

Cmdt. Preto: *Há muitos anos. Sem o navio polivalente, a nossa Marinha tem perdido oportunidades. Inclusive, já foram oferecidos pelos norte-americanos alguns navios, que estavam parados, e podiam ser aproveitados. A Marinha tem perdido uma quantidade elevada de missões com os seus fuzileiros por não ter um navio polivalente logístico.*

Des.: Nos dias de hoje, os fuzileiros têm futuro?

Cmdt. Preto: *Os fuzileiros, como qualquer força especial, são, na actualidade, a base das Forças Armadas. Eu direi mesmo, o futuro das Forças Armadas passa pela existência e reforço das forças especiais. Se verificarmos, por exemplo, a robótica, ela imita o poder das forças especiais e não uma força normal de quadrícula, que não é imitada. Porque são grupos pequenos, altamente treinados e equipados, que actuam independentemente e conseguem fazer missões de média e grande envergadura.*

Esses são os fuzileiros. Hoje e amanhã. Presentemente, podem não estar tão bem equipados, mas nós temos de projecta-los para o futuro para estarem totalmente prontos para actuar de noite, de dia, com bom e mau tempo. Ora, o treino tem de ser feito para que a sua ac-

tuação atinja todos os teatros de operações.

Des.: A força dos fuzileiros advém também do papel desempenhado pelos ex-fuzileiros?

Cmdt. Preto: *Os ex-fuzileiros são uma força anímica que está, por detrás de toda uma instituição e se transmite. E esta transmissão não deve partir dos oficiais, mas dos oficiais, sargentos e praças. Porque muitas vezes os oficiais não viveram tanto intensamente, como o fizeram os sargentos e praças, determinados períodos continuados de missões. Nós tínhamos uma coisa, que eu reputo de importante, nos fuzileiros no passado. Quando se ia para qualquer missão, esta era explicada a toda a gente, todos sabiam o que iam fazer, conhecia-se o que nos esperava no terreno e, como tal, muitos sargentos e muitas praças que viveram intensamente essas missões e que as contam muitas vezes com mais calor, com mais "paladar" do que o próprio oficial do que as integrou.*

Des.: Esta a dizer que a Associação de Fuzileiros deveria meter mão-de-obra e recolher esses depoimentos?

Cmdt. Preto: *Os relatos, as memórias, tudo isso, são parte integrante da História dos Fuzileiros e, perder-se isso, está a perder-se parte do passado Fuzileiro. A Associação pode fazer e deve fazê-lo com afinco, pode juntar todos aqueles que estão dispostos a dar o seu contributo para aglutinar, forjar a unidade das mais diversas experiências e comportamentos e nunca dividir. Fazer com que se conheça o passado, que existiu e faz parte do seu património e reviver as memórias que vivemos tão intensamente. Uma guerra cria sempre momentos especiais, marcantes, de tensão, e nós ficamos ficamos marcados, de uma maneira ou de outra. E assim aconteceu em África e noutras localidades de combate*

MEMÓRIAS DA GUERRA COLONIAL

Livro



Em cerimónia que decorreu no passado “Dia do Fuzileiro”, 27 de Junho, na Escola de Fuzileiros, o almirante Cortes Picciochi, comandante do Corpo de Fuzileiros da Armada portuguesa, fez a apresentação do livro “Memórias da Guerra Colonial”, da autoria do sargento-mor na reforma José Talhadas.

É o primeiro livro da colecção “Guerra Colonial”, da Âncora Editora.

É o registo memorial de um guerreiro que, como praça fuzileiro especial, no espaço de 10 anos, dos seus 17 aos 27 anos, efectuou quatro comissões de serviço em dois

dos principais Territórios Operacionais (TO) do antigo Ultramar Português: Angola e Guiné-Bissau.

José da Conceição Gomes Talhadas, hoje sargento-mor fuzileiro especial na reforma, nasceu em Fevereiro de 1947, em Moura, Alentejo.

Em Abril de 1964, com apenas 17 anos, é incorporado na Marinha. Foi encaminhado, nessa altura, para a especialidade de fuzileiro e tornou-se fuzileiro especial. Foi um guerreiro de elite nos Teatros Operacionais de Angola e Guiné-Bissau. Terminou a sua vida profissional de combatente em 1975, na véspera

da elevação da antiga colónia de Angola à independência.

Não terminou aí a sua vida militar. Frequentou cursos militares. Foi instrutor em vários estabelecimentos castrenses. Desempenhou ainda funções de auxiliar de adido da Defesa de Portugal em Brasília, de 1992 a 1995. Foi mesmo Presidente da Associação dos Auxiliares de Adidos Militares no Brasil.

Foi agraciado com 10 louvores individuais e as seguintes condecorações: Medalha Militar de Valor Militar com Palma, Medalhas Militares de Serviços Distintos-Prata e Cobre, Medalha de Mérito Militar 4ª Classe, Medalha de Cruz Naval 3ª classe, Medalha Militar de Comportamento Exemplar-Cobre, Medalhas Comemorativas Campanhas das Forças Armadas com legenda Angola 1965-1967 e 1974-1975 e Guiné 1967-1969 e 1970 e 1971 e ainda distintivo da Ordem da Torre e Espada e a Ordem de Caballero del Disierto Blanco en el Grado de 1ª Categoria, Ejército Argentino e citação do Gabinete do Estado-Maior do Exército brasileiro. Foi distinguido também pelo marechal António de Spínola com os Prémio Governador da Guiné em 1969 e 1971.

No dia 28 de Setembro, já com a segunda edição do livro à venda, teve lugar na Escola Naval uma cerimónia especial de apresentação, que contou com a presença do comandante da Escola Naval, contra-almirante Macieira Fragoso e, no evento, participaram ainda cerca de quatro centenas de cadetes e oficiais, muitos dos quais foram instruendos do sargento Talhadas.

Nesta cerimónia, o contra-almirante Picciochi teve a gentileza e a amabilidade de voltar a ser o apresentador da obra, tendo José Talhadas agradecido e lembrado a sua longa passagem como instrutor por aquela “casa” de eleição do ensino dos futuros oficiais da Armada. No final, recebeu uma prolongada salva de palmas.



Janotas & Simões, Lda.
Mármores

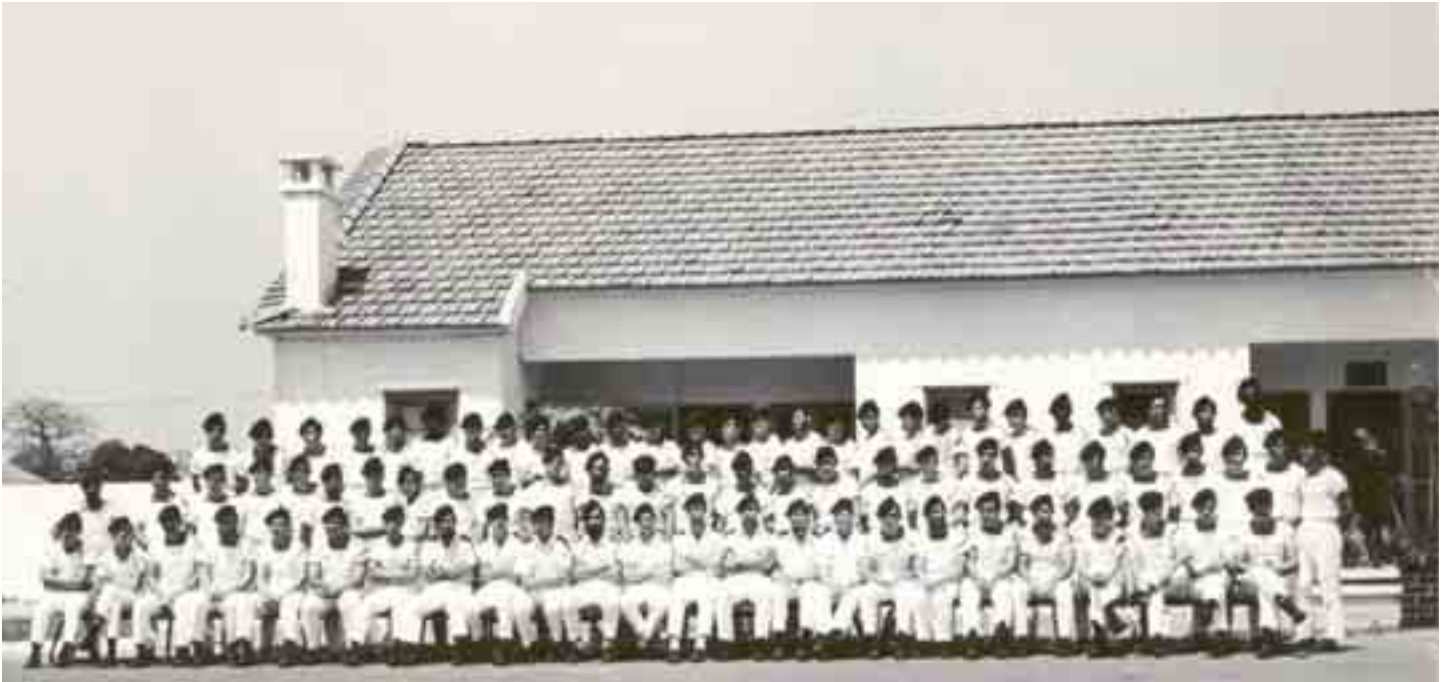
17.000 metros área total - 6.500 área coberta



Telefs.: 21 927 99 08 - 21 967 12 29 - Fax: 21 927 01 62
 Estrada de Cortegaça - Lote 158 - Fação - 2715-020 Pero Pinheiro - PORTUGAL
 Email: domingosjanota23@hotmail.com - ruijanota@mail.telepac.pt - Internet: www.janotas.com

SPM 0468 Nº 2

Cmg. Carvalho Rosado



Um país, uma empresa, uma instituição ou um Destacamento de Fuzileiros Especiais, têm sempre a sua Identidade. Sem identidade, o DFE 4 (965/967) não era nada. Não conseguia ter coesão para levar os seus elementos a transcenderem-se, como unidade de combate, nos ambientes e momentos difíceis que tiveram de enfrentar no TO da Guiné. A maioria dos fuzileiros que fizeram comissões no ex-ultramar, podem não ter notado a identidade do seu DFE, mas ela estava lá.

A identidade constrói-se com um “percurso” vivido. Começava na Escola de FZE, passava pelo período de treino operacional no TO, continuava durante toda a comissão e terminava com a chegada novamente à E. FZE.

Na E. FZE aprendíamos a técnica básica para combatermos, ganhávamos robustez física, capacidade de sofrimento, e sobretudo, começávamos a sentir que precisávamos uns dos outros.

No TO começámos a melhorar as técnicas de combate e a pressentir o que cada um de nós devia fazer antes de ser necessário actuar. Recordemos que com 6 meses de comissão ainda fazíamos treino operacional na ilha de Bissau.

Voltando à construção da identidade do DFE, ela conseguiu-se através da união dos seus elementos, sendo essa coesão baseada nos valores humanos e nas qualidades dos seus homens.

Especificando, a confiança nos camaradas, a lealdade, a humildade, o carácter, o sentido do dever, o ânimo tão necessário para vencer o cansaço, a doença e o mal estar, a solidariedade inter membros, a disponibilidade e generosidade para todas as tarefas, a disciplina livremente aceite no mato.

A existência de um inimigo comum e o aparecimento de situações operacionais muito difíceis, levou, de uma forma consciente ou inconsciente, a que os valores e as qualidades referidas fossem amasadas e melhoradas atingindo um nível que se tornou o paradigma da identidade do DFE 4. O chefe de esquadra tinha que fazer dos seus pupilos o prolongamento do seu corpo e do seu pensamento; o chefe de secção confiava nos seus doze homens para se movimentar em combate; todos tínhamos de acreditar na chefia, e, só assim conseguíamos sobreviver e cumprir as missões atribuídas.

Todos nós assimilámos a ideia que

não cumprir uma missão era uma vergonha, não ter disciplina de fogo ou não saber andar no mato era não ganhar a confiança do grupo, não estar disponível para ajudar o camarada em combate era assunto para cartão vermelho, não ser solidário com os camaradas que perdiam o ânimo, por qualquer razão era levar o rotulo de egoísta dentro de um grupo altamente solidário.

E foi assim que, durante um percurso de quase dois anos, todos transformámos um grupo de bons rapazes numa família de amigos coesa, constituindo uma eficiente unidade de combate.

Assim, a identidade do DFE 4, estava exactamente neste paradigma de confiança inter pessoal e na capacidade operacional atingida, sabendo que podíamos desempenhar com êxito todas as missões que nos fossem atribuídas.

Hoje, nos encontros que fazemos, transparece muito da identidade que construímos há mais de 40 anos e os sobreviventes continuam com orgulho e alegria a lembrar o que ficou na sua memória e que ficou escrito na placa do DFE 4, na Escola de Fuzileiros: “Pelo que somos e pelo que fomos”.

DISTINÇÃO

Oferta de Quadro

Quando o Exmo. Almirante Vargas de Matos me telefonou um dia ao fim da tarde, a pedir-me que, em breve prazo, o Exmo. SUB-CEMA, Contra Almirante SILVA RIBEIRO, tinha muito interesse em falar comigo, confesso que fiquei um pouco apreensivo e logo me veio à ideia de que deveria ser assunto relacionado com a Associação de Fuzileiros.

Mas o que seria? Não tínhamos nenhum assunto pendente, não tínhamos praticado qualquer acto que fosse susceptível de qualquer censura.

Com alguma ansiedade, desloquei-me ao Estado Maior da Armada, em Lisboa, alguns dias depois, após marcação prévia.

Fui recebido de imediato, muito cordialmente, encaminhando-me Sua Ex.a para o confortável sofá. Seguidamente dirige-se a mim, com grande simpatia e visivelmente satisfeito, abordando temas de grande alcance cultural, especialmente no que diz respeito às campanhas de África do século XIX, onde os soldados da Armada portuguesa se

destacaram a grande nível, em coragem e valentia, mesmo sendo uma minoria em relação às demais tropas.

De resto, o senhor Almirante é dotado de um elevadíssimo nível cultural, de grande fluência e muito saber, que alia a uma grande correcção e uma grande gentileza. Desde criança que tem uma enorme consideração pelos Fuzileiros.

Entende que aqueles bravos soldados da Armada, de que seu avô fazia parte, são o embrião dos actuais Fuzileiros.

Pela bravura demonstrada, pelo sentimento de espírito e de classe e pela participação do seu saudoso avô, interpõe aqui um sentimento afectivo, dedica-se sempre que pode ao estudo destes assuntos, recolhendo frases célebres e de grande significado de ilustres autores dessa época, para os seleccionar e guardar, elaborando depois autênticas obras de arte de grande relevância cultural.

O magnífico quadro que acaba de oferecer à Associação de Fuzileiros, é da sua autoria, cujo esmero se reflecte nesta bonita moldura.

É uma enorme honra para todos nós receber das mãos de Sua Ex.a. o SUB-CEMA esta preciosa oferta, que simboliza o afecto e o orgulho que lhe



domina o sentimento e a saudade, mas também um enorme privilégio para a Associação de Fuzileiros e todos os demais Fuzos que a vejam e que a interpretem na sua verdadeira essência, donde ressalta também a consideração, admiração e amizade de uma das maiores e mais prometedoras figuras do activo e de um dos mais altos responsáveis da nossa Marinha.

Ilídio Neves

JANTAR ANUAL

2º CFORN 85-86

Não somos os fuzileiros da guerra. Somos aqueles que tiveram a sorte de chegar depois. Teríamos ido se fosse necessário.

Ainda me lembro da névoa matinal em Vale de Zebro, aquele odor especial, o som de fundo, duma máquina que nunca pára e que nunca percebi bem donde vinha.

Éramos uns meninos, que entretanto cresceram depressa, dispostos a serem homens, que olhavam os veteranos com respeito e admiração e com um suspiro de alívio, pois a Guiné não estava ali a esperar-nos. Lembram-se vagamente de nós, marchávamos unidos cantando a "Ponte do rio Kway". Queríamos em tudo ser os primeiros e uma boina conquistar. Juntos, iríamos conseguir, com ardor e decisão, a Pátria servir, sempre com muita determinação. Aquele hino era o símbolo



da coragem, da resistência à adversidade. Os bons militares não estão sempre no lugar da vitória, reconhecem-se nos momentos mais difíceis, até no cativo.

Hoje, somos homens e aprendemos imenso com os fuzileiros da guerra. Quase todos têm tido sucesso e olhamos para trás com nostalgia, com uma lágrima de saudade daqueles momentos fantásticos que ali vivemos.

Adoramos conhecer a sede da As-

sociação, tem a dignidade e beleza que os fuzileiros merecem. Tem também um odor próprio, é um quadro inspirador.

Encontramo-nos todos os anos, religiosamente, como um culto, que decidimos perpetuar até ao último homem. No fim, um de nós irá jantar só... mas o espírito dos outros, irá estar com ele ali.

Acabei esta pequena página emocionado... Um abraço camaradas! Até sempre.

REPTOS

Vitor Costeira



Gosto imenso de reptos e, acima de tudo, de auto-reptos, que são aqueles que, na minha opinião, claro, melhor contribuem para nos formar como adultos responsáveis, aqueles que fazem de nós aquilo que nós somos! Mas, nem sempre assim foi...

Quando somos jovens, gostamos de desafios (por definição básica do termo “jovem”), de riscos, de sentir a adrenalina a congelar-nos e aquecer-nos no mesmo instante mas, tememos decisões que envolvam profunda e decididamente o nosso futuro. Creio que se pode compreender isto pela falta de experiências e vivências que só a vida e as dificuldades nos proporcionam e que os jovens ainda não possuem. Com certeza que esta visão poderá não se aplicar a cada um nós como definitiva mas... aplicava-se a mim, naquela época.

Nos meus verdíssimos vinte anos, fui seleccionado (ainda hoje não entendo quem descobriu em mim resíduos de um perfil físico ou psicológico especiais) para prestar provas em Vale de Zebro, a “nossa” Escola! Naquela época, em 1976, apesar de já ter comido algum do pão que o Diabo amassou, não tinha a mínima ideia nem do que significava a sigla FZ (muito menos, FZE!) nem do significado profundo e marcante para tantos portugueses de ser Fuzileiro!

Como “bom” português, arranjei uma forma “salvoia” (sem qualquer menosprezo para com os verdadeiros salvoios) de me livrar da situação em que me encontrava, uma vez que eu não queria percorrer aquelas pistas (do lodo, de combate e da Vida), nem aqueles sacrifícios. Aquela não era, decididamente, vida para mim!

Então, resolvi utilizar um estratégia que, dizia-se, resultaria na sua plenitude: assim que as provas físicas fossem realizadas, eu não as faria, evitando, desta forma, ser avaliado e, pensava eu, poderia destacar para outra arma que não aquela...

Se bem imaginei, com aquela ajuda alheia, melhor o fiz: evitei todas as provas e, no fim da manhã, lá estava eu, feliz da vida, no fim da tabela de valores dos Monitores de Educação Física da Escola (não consigo, agora, lembrar-me, infelizmente, quem eram eles), com traços em vez de algarismos quantitativos: uma maravilha, um feito enorme, um orgulho de esperteza!

Nem tudo na vida é justo ou célere e, muito menos, ambos ao mesmo tempo mas, naquele dia, as forças que nos dominam estavam todas viradas contra mim (passe a injustiça daquilo que acabo de escrever) e a justiça foi célere, personificada na figura e na voz daquele homem com uma tira dourada grossa e uma outra estreita em cada ombro. Açoucou-se de mim, sereno e consciente da desproporção gigante existente entre nós, que a autoridade militar e a experiência lhe proporcionava e perguntou-me:

– “Então, rapaz, porque é que não efectuaste nenhuma prova?”

Eu, que não esperava o interesse em alguém que, aparentemente, não estava interessado em mostrar-se, respondi, meio nervoso, que ... tinha medo!

O Comandante Sanches de Oliveira olhou para mim, conhecedor do mundo e das gentes e, entre o trocista e o paternalista, ditou a sorte do meu destino:

– “Está bem, não há problema; tu

ficas... para perderes o medo! Apenas mais tarde entendi que estava lançado, talvez, o repto mais forte, até ali, da minha vida e venci! Sem qualquer tipo de importância para as outras pessoas, esta crónica está a ser contada na primeira pessoa e pela primeira vez em termos públicos porque, desta vez consciente e orgulhoso, aceitei o repto do camarada Mário Manso, a quem dedico um espaço enorme de Admiração e Amizade no meu interior!



MORREU VICE-ALMIRANTE SILVA SANTOS

Silva Mendes



Decorria o mês de Novembro de 1970 quando partiu para Angola a Companhia n.º 7 de Fuzileiros. Constituída por militares muito jovens tinha por comandante um não menos jovem de 26 anos, oficial de marinha com a especialidade de comunicações mas sem experiência com fuzileiros.

Esse jovem comandante era o 1.º Tenente – Américo da Silva Santos que durante toda a comissão soube ser um exemplo para todos. Muito organizado e metódico, diligente e esforçado, afável e amigo, disciplinado e disciplinador, era ainda um conselheiro e acérrimo defensor do seu pessoal.

Tudo fez pela dignificação da imagem dos fuzileiros onde quer que estivéssemos: em Belas-Luanda, Santo António do Zaire, Pedra do Feitiço, Quissanga ou mesmo no leste. Soube granjear as simpatias do seu pessoal que se orgulhava de tê-lo por Comandante.

Terminada a comissão e após tantos anos volvidos, recordo-o nos seus pormenores e ensinamentos que aplico no meu dia a dia e que procuro transmitir aos mais jovens. Foi um mestre com quem convivi dois anos e a quem devo parte da minha formação.

A 10 de Maio de 2009 somos surpreendidos com a notícia da sua morte: com 65 anos, morreu no Hospital de Marinha o Vice-almirante Américo da Silva Santos.

Perdeu-se um Homem mas o seu exemplo viverá e frutificará enquanto viverem fuzileiros da Companhia n.º 7

PALMIRA MATEUS FALECEU

No passado dia 29 de Setembro, faleceu Palmira Mateus, após prolongada doença, esposa do antigo Presidente da Direcção da Associação de Fuzileiros, comandante António Manuel Mateus.

O capitão de mar-e-guerra António Mateus exerceu o cargo de comandante do Corpo de Fuzileiros Navais.

Foi alistado para a Classe de Fuzileiros do 16.º Curso de Formação de

Oficiais da Reserva Naval a 22 de Janeiro de 1970, tendo sido promovido a aspirante a 19 de Setembro desse mesmo ano.

Cumpriu duas comissões de serviço no antigo Ultramar. A primeira como oficial do Destacamento n.º 11 de Fuzileiros Especiais e depois como comandante da Companhia n.º 5 de Fuzileiros, destacada para Angola já no período de transição de 1974 e 1975.

Alem de comandante do Corpo de

Fuzileiros, o comandante Mateus esteve ainda em funções como segundo comandante do mesmo Corpo, comandante da Base de Fuzileiros, comandante da Escola de Fuzileiros, entre outros lugares de relevo intermédios na sua estrutura dirigente.

A revista Desembarque apresenta ao comandante Mateus os seus sinceros pêsames.

AS NOVAS MISSÕES

Cte. António Ribeiro Ramos



As ameaças à segurança nos mares são hoje uma realidade concreta que se tornou parte do conhecimento público. É por exemplo conhecida a actividade intensa da pirataria no Golfo de Adem. Mas não é tão evidente a vastidão do problema, que é seguido de perto pelos serviços de Inteligência Naval de muitos países, quer nas costas da Somália, quer em outras regiões do mundo, igualmente afectadas pelas ameaças da pirataria e do terrorismo no mar. Existem relatos oficiais de incidentes ocorridos, ou com uma forte possibilidade de ocorrerem também na Nigéria alguns dos quais com muita gravidade, no Djibouti, na Costa do Marfim, no Gana, na Guiné Conakry, na Serra Leoa, no Senegal, na Tanzânia, nos Camarões, no Paquistão, no Sri Lanka na Tailândia, nas Filipinas, no mar do sul da China, nos estreitos de Singapura e de Malaca, no Bangladesh, na Geórgia, na Indonésia, na Malásia, na Sumatra, no Líbano, no Qatar, no Yemen, no Haiti, na Jamaica, no Peru, na Colômbia, e até mesmo na Venezuela, não obstante as medidas preventivas e de rotina que são levadas a cabo pelas autoridades daquela país, e que pudemos constatar pessoalmente. Mas esta lista está longe de ser exaustiva. Apesar de em percentagem

baixa, os incidentes ocorrem com uma frequência elevadíssima, e são ainda assim numerosos os casos registados pelo UKMTO Dubai (U.K. Maritime Trade Operations), pelo MSCHOA (Maritime Security Centre Horn of África), ou pelo IMB - PRC (International Maritime Bureau - Piracy Reporting Centre). A incapacidade de resposta devida à instabilidade política e social e à falta de meios nos países onde estas ameaças normalmente se desenvolvem, está em geral na sua origem. Por outro lado, as unidades navais estrangeiras não podem "invadir" as águas territoriais desses países para actuarem em nome das suas próprias Marinhas, ficando assim aberto o caminho para todas as actividades ilícitas.

É o caso da Somália, actualmente um estado falhado, onde em Agosto de 2008, a pirataria chegou a capturar 3 navios mercantes em apenas 12 horas. Os piratas vieram a alargar gradualmente a sua capacidade de acção desde os ataques a partir de pequenas embarcações rápidas que partiam inicialmente da orla costeira, até ao uso dos chamados navios-mãe, capazes de navegar até muito mais longe, sendo as pequenas embarcações rápidas largadas a várias centenas de milhas da costa ao encontro do objectivo. A área de risco para a navegação mercante é vastíssima, e estende-se actualmente desde até 700 milhas da costa entre as latitudes 16°N e 25°S, ao longo da costa de Oman até 50 milhas, abrangendo ainda a totalidade do Golfo de Adem e o sul do Mar Vermelho abaixo da latitude 16°20' N. Mas existem posições onde a probabilidade de ataque é mais elevada (aproximadamente a parte central do Golfo de Adem e mais recentemente o sul do Mar Vermelho) e também condições de tempo e de mar que favorecem ou impossibilitam a actividade da pirataria, que utiliza pequenas embarcações rápidas para as abordagens e sobretudo a espingarda automática AK-47 e o RPG. Após cada sequestro bem sucedido, os piratas

ganham normalmente ânimo para novos ataques, de modo que a actividade destes costuma intensificar-se logo a seguir. E sempre que um navio mercante é capturado, sendo os mais vulneráveis os que navegam a velocidades inferiores a 15 nós e com um bordo livre inferior a 8 metros, os piratas exigem um resgate elevado que, uma vez pago, permite a libertação do navio e da tripulação. Mas não se pense, como por vezes se pretende fazer pensar, que tudo corre sempre bem com as tripulações capturadas, que são simplesmente libertadas quando é pago o resgate. Serve como exemplo referir o caso do navio holandês M/V "Marathon" capturado no dia 7 de Maio passado quando navegava no Golfo de Adem, que foi libertado em Junho com um morto (de nacionalidade ucraniana), com um ferido a bordo e com a restante tripulação exausta. Ou o caso da dhow indiana de nome "Vishvakalyan" que foi encontrada à deriva pela nossa "Corte-Real" no dia 13 de Junho passado com uma tripulação sem comunicações, sem combustível, sem mantimentos, praticamente sem água, sem objectos pessoais e com dores resultantes dos maus tratos infligidos. Isto para além dos danos morais e da humilhação sofrida.

Em face da gravidade da situação no Golfo de Adem, em Setembro de 2008 foi criado um corredor (o MSPA - Maritime Security Patrol Area) recomendado para a navegação mercante que se estendia ao longo da costa do Yemen mas fora do limite das suas águas territoriais (em águas internacionais portanto e o mais longe possível da costa da Somália), que seria patrulhado pelas unidades navais internacionais já então presentes na região. Esta medida viria a provar ser manifestamente ineficaz tanto pelo número insuficiente de unidades navais disponíveis na altura, como por o corredor estar ao alcance da pirataria somali que entretanto passou a utilizar também os navios-mãe. Além disso este corredor inicial, passava

por 3 zonas de pesca que permitiam aos agressores dissimularem-se como eventuais pescadores até ao momento do início do ataque, retardando assim consideravelmente a sua detecção.

É então substancialmente reforçada a presença naval na região, e são criados novos corredores de tráfego marítimo paralelos (os IRTC - Internationally Recommended Transit Corridor - um no sentido Oeste-Leste e outro no sentido Leste-Oeste), sensivelmente a meia distância entre a costa do Yemen e a costa da Somália (em águas internacionais). Mas não se trata propriamente de navegar em comboio e sob escolta. Esta condição pode ocorrer apenas em situações pontuais.

O que acontece é que as unidades navais se distribuem estrategicamente de modo a que possam garantir a melhor cobertura possível ao longo dos corredores de tráfego. Além disso os navios mercantes devem entrar nos corredores de tráfego a horas previamente determinadas e navegar em grupo (GT -Group Transit) a velocidades controladas de modo a passarem nas posições de maior risco nas condições mais favoráveis, quer relativamente à presença naval quer em relação à hora (de dia e às horas mais favoráveis, ou de noite). A bordo do navio mercante a tripulação deve estar devidamente treinada ao nível de segurança necessário (Código ISPS - International Ship & Port Facility Security Code) para reagir a uma ameaça a este nível quer no âmbito das comunicações e sistema de alarme (SSAS - Ship Security Alert System) com os diversos organismos envolvidos, designadamente os de ligação com as unidades navais (como o UKMTO e o MSCHOA) quer directamente às próprias unidades navais mais próximas, quer na preparação para resistir a tentativas de abordagem, quer na protecção da própria tripulação em caso de disparos contra o navio, quer na manutenção do

domínio a bordo de modo a que se consiga resistir o tempo necessário e sem que a parte contrária tenha logrado qualquer êxito decisivo ou algum refém, até à chegada de ajuda exterior. Devem existir planos para as diversas contingências possíveis e nesta série de compromissos, todos os segundos contam. Mas faltam meios e infra-estruturas cuja improvisação não é fácil, até porque pode gerar e normalmente gera, conflitos sérios de segurança entre “security” e “safety”.

A própria construção naval ainda não prevê estas situações que são gravíssimas e que, dada a extensão mundial do problema, pode ter que levar no futuro à reformulação de alguns conceitos aplicáveis às marinhas mercantes e às suas tripulações.

Estive no Golfo de Adem como comandante do navio-tanque “Genmar Revenge” no início de Junho passado. Impressionou-me a eficiência e a coordenação entre as unidades navais e respectivos helicópteros orgânicos, que actuam pronta e decididamente na área com um elevado espírito de missão. Emocionou-me com orgulho a lembrança de que ali se encontrava também a nossa “Corte Real”, tanto mais que como navio chefe da Standing Nato Maritime Group 1, apesar de não ter tido o privilégio de me ter cruzado com a nossa F332, ou de a ter “visto” sequer no AIS (Automatic Identification System). Mas os resultados estão à vista. O número de navios mercantes capturados diminuiu drasticamente. Nos comunicados semanais não classificados (Piracy Analysis Warning Weekly) emitidos pelo Office of Naval Intelligence em Washington (ONI), começam a ser raros os casos de captura.

Mas mesmo assim, perante um inimigo que é extremamente atrevido e rápido, ainda há casos. Foi por exemplo atacado e capturado o navio “Horizon I” durante a semana de 3 a 10 de Agosto passado, quando



navegava no Golfo de Adem.

Mas os piratas também são capturados. É aqui que entram os nossos Fuzileiros e as suas novas missões. São muitas vezes eles os protagonistas do desfecho.

A semi-rígida é lançada à água e, frente a frente, perante um inimigo fortemente armado e hostil aproximam-se corajosamente sob a cobertura atenta do navio de guerra, de olhar perspicaz e firme até lhe deitarem a mão e o desarmarem completamente. E até o reduzirem aos limites que a lei permite!

Estão infelizmente confinados actuarem dentro de parâmetros, que de forma alguma são razoáveis, para a sua segurança.

Mas as suas potencialidades, poderiam resultar de forma radical para estabilizar toda a zona infectada, que se está a tornar numa fatalidade e sem solução à vista, se continuar haver respeito demais, pela pirataria violenta, que não respeita ninguém.

Altere-se a lei que tanta protecção dá a quem a não merece.

FUZILEIROS CONTRA PIRATAS NO GOLFO DE ADÉM

A 5 de Março deste ano, a NRP “Corte Real”, sob o comando do capitão de mar-e-guerra Gonçalves Alexandre, zarpou de Lisboa, para se integrar, no Mediterrâneo no “Standing Nato Maritime Group 1” (SNMG1), para realizar a primeira viagem de navegação de um esquadra da NATO na região do Sudeste Asiático. A esquadra, de que o navio almirante era a Corte Real, ficaria sob o comando do contra-almirante português Pereira da Cunha.

Da formação inicial, além do navio português, faziam parte o SPS “Blas de Lezo”, LGS “Spenart”, FGS “Emden” e USS “Klakring”. Além da missão diplomática de contactos no Sudeste Asiático, a esquadra NATO levava na sua ordem de movimentos e planeamentos uma operação contra-pirataria, que recebeu o nome de código “Allied Protector”.

E foi, precisamente, esta operação que se tornou em movimento operacional efectivo, devido, preci-



samente, à intervenção que as diversas unidades tiveram de efectuar naquela zona do mar de Adém, numa área de actuação que se estendeu da Somália ao Iémen, contra actuações de piratas, em que participaram activamente, não só as guarnições dos navios, mas, particularmente, no caso português, os fuzileiros.

Convém referir que a esquadra NATO chegou à zona das águas do golfo de Adén na parte final de 24 de Março.

E para a citada operação foi, então,

colocada a bordo uma equipa reforçada de fuzileiros, que efectuaram várias missões, incluindo a intercepção e apresamento, em missão de risco, de skiffs, com piratas armados.

Devido a um certo agravamento dos movimentos de pirataria, que chegaram a ter, por alturas da Páscoa, 19 embarcações de várias nacionalidades sequestradas, a missão da Corte Real, por decisão superior da NATO, ficou como navio almirante na zona do golfo até 28 de Junho, tendo de desistir da navegação por vários países do Sudeste Asiático.

OBRIGADO PELA “ABORDAGEM”

Os Camaradas Fuzileiros que fizeram parte da guarnição da Fragata e que ilustraram com a sua actuação os resultados obtidos por aquela unidade da nossa Marinha, no combate à pirataria, almoçaram na Associação de Fuzileiros, por esta convidada para um fugaz convívio, servindo para uma troca de impressões, e muito especialmente da nova experiência por eles vivida, onde os objectivos foram alcançados. Alias, como sempre acontece, quando os Fuzileiros estão envolvidos. Foi uma conversa muito informal entre velhos e novos Fuzileiros, que resultou como sempre acontece numa maior aproximação entre elementos da mesma família cujos objectivos comuns saem sempre reforçados (eivar o bom nome dos Fuzileiros)

Sendo certo que são comuns os parâmetros que movem os velhos e novos, é muito importante alimentar e reforçar os elos desta corrente que une os Fuzileiros, independentemente da escola a que cada um pertença.

Foi bonito o diálogo e ninguém se sentiu deslocado, entre aquele grupo de Fuzos em que uns já eram fuzileiros à data das suas vindas ao mundo o que aconteceu com todos os mais velhos presentes, Senhor Alm Leiria Pinto, Cte. Moniz, Cte. Beltrão, João Silva, António Augusto, Egas Soares, e Mário Manso, por falta de oportunidade o grupo não foi maior, tanto do lado dos operacionais como dos Camaradas da Associação.

Ficamos com a convicção de que a nossa Associação saiu reforçada,

fruto de um conhecimento mais próximo dos ainda jovens que em breve, virão reforçar esta nossa unidade “de elite” que será tanto mais operacional, quantos mais jovens dela fizerem parte, a família dos Fuzos é feita de homens generosos e felizmente é qualidade que não falta aos Filhos da Escola mais novos com quem contamos para alimentar um património que é de todos. Ficou prometido pelo Camarada Sargento Almeida (filho do Hilário) que na oportunidade vão fazer um almoço com a totalidade do grupo para in loco conhecerem a sua Associação de Fuzileiros, porque ela é de todos os fuzileiros, sejam ou não sócios, mas, o número é importante, porque o respeito, também aumenta!

A Direcção

COMO COMEÇAR...

Álvaro Dionísio



Fui convidado a escrever um artigo para a edição «O Desembarque» da Associação de Fuzileiros (A.F.) e confesso que nem sei como começar. Não perguntei nem me disseram qual era tema ou matéria que iria tratar. De qualquer modo, o assunto passará, inevitavelmente, pelos fuzileiros e pela Associação.

Talvez fruto de certa deformação profissional, passei uma vista de olhos por alguma documentação sobre a história da A.F. e pelos seus estatutos e regulamentos. Dei também uma espreitadela a Associação de Veteranos do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil (AVCFN/Brasil), que achei bastante interessante e a ela voltarei.

Quanto a nossa A.F., constatei que foi longa e difícil a sua caminhada até aos dias de hoje. Teve origem reivindicativa e surgiu algum tempo depois do 25 de Abril de 1974, com o termo da Guerra de África e a independência dos territórios sob soberania portuguesa. Naturalmente, 13 ou 14 anos de Guerra (1961-1974) marcaram gerações de combatentes e o sofrimento das suas famílias, directa ou indirectamente envolvidas.

As mortes e os danos (físicos, traumáticos ou psíquicos) provocados

pela guerra careciam de melhor reparo e justiça para todos. Nesta perspectiva, a criação de uma Associação daria mais força às aspirações dos direitos dos fuzileiros. Segundo narra o CMG José Cardoso Moniz, a A.F. foi formalmente criada em Março de 1977 e esteve a hibernar durante 23 anos. Só em 26 de Fevereiro de 2000 iniciou as suas actividades, como refere o artigo 2º dos Estatutos. Associação de Fuzileiros e a sua natureza.

Segundo os estatutos, a A.F. é uma associação sem fins lucrativos e podem ser seus associados os oficiais, sargentos e praças, nas situações do activo, reserva, reforma ou disponibilidade e licenciamento da Marinha desde que estes últimos tenham prestado serviço em Unidades de Fuzileiros.

Há quem se interrogue sobre a natureza militar ou civilista da Associação de Fuzileiros. Juridicamente a questão não se levanta e a resposta é pronta: A Associação de Fuzileiros é uma pessoa colectiva de direito privado e, como tal, a sua natureza é civil. Ou seja, as suas normas são reguladas pelo direito privado e não público.

Suponho que a questão da sua natureza é outra (...) e envolverá, certamente, relações de poder entre titulares dos órgãos sociais da Associação - Direcção - e a condição militar de um ou outro associado. Isto é, uma tentativa illusória de transposição da autoridade militar para o campo civil. Alguma confusão entre situação de comando no activo com o desempenho de funções ou cargos civis, apesar de a Associação ser uma pessoa colectiva distinta dos seus associados. Esta distinção é igualmente válida para quem tenha exercido funções directivas em entidades públicas ou privadas: empresários, técnicos, operários, engenheiros, arquitectos, professores, doutores, etc.

O Importante é o desempenho de cada um dos membros da Associação para cumprimento dos seus fins ou objectivos previstos no artigo 4º do Estatuto, como por exemplo: O desenvolvimento dos laços de amizade e de camaradagem entre fuzileiros, o apoio aos sócios e famílias em dificuldades, a salvaguarda de valores - espírito de sacrifício, coragem e lealdade (à época, digo eu) -, e a promoção de acções cívicas e culturais dos seus associados.

AVCFN/BRASIL

Em termos comparativos, a AVCFN/Brasil (criada a 1972 e fundada formalmente em 1995) é uma pessoa jurídica de direito privado e uma sociedade apolítica sem fins lucrativos, com personalidade e existência próprias distintas dos seus membros e sócios.

A Associação de Veteranos do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, tem com propósito fundamental a reunião e a união voluntárias de Fuzileiros Navais da Reserva ou Reforma, a fim de mantê-los unidos sob os mesmos ideais e o espírito de corpo que os animaram e os identificaram quando na situação da actividade, bem como daqueles, civis ou militares, que tenham tido afinidade (...) com o Corpo de Fuzileiros Navais.

Com simplicidade - e como mandam as regras - a Associação de Veteranos do Corpo de Fuzileiros Navais Brasileiros definiu, logo no início dos estatutos, a sua natureza jurídica e a distinção entre a Associação e os sócios enquanto entes juridicamente autónomos. Depois, quem são os seus sócios.

Simplesmente, Fuzileiros Navais da Reserva ou Reformados (tenham eles sido praças, sargentos ou oficiais) ... Ou seja, não houve necessidade de hierarquizar patamares. No entanto, estão lá todos! - O próprio Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais em exercício é Presidente de Honra da AVCFN...

BRAVO GENUÍNO MADRUGA

Jorge da Paz Rodrigues

Maior navegador português actual terminou a sua II Volta ao Mundo em Solitário

Começou em 25 de Agosto de 2007 e terminou no passado dia 6 de Junho a odisséia do maior navegador português actual GENUINO MADRUGA, do qual os órgãos de informação pouco falaram, lamentavelmente. Esta foi a sua 2ª volta ao mundo em solitário!

Açoriano de gema, nascido na ilha do Pico, Açores, Genuíno Alexandre Goulart Madruga depressa se fez "filho do mar". Saiu do Pico e criou raízes na vizinha ilha do Faial, onde reside. Começou cedo na faina da pesca, num pequeno barco que foi sucessivamente substituindo por outros mais apetrechados, até ao actual, um veleiro em fibra de vidro, com 11,1 metros, que baptizou de "Hemingway".

Saliante-se que a sua 1ª viagem de circum-navegação se iniciou em 28 Outubro de 2000 e terminou em 18 de Maio de 2002, tendo sido então homenageado e condecorado por várias entidades. Esperemos que desta vez Portugal não se esqueça dele.

Portanto, a actual foi já a 2ª viagem de circum-navegação, imitando Fernão de Magalhães, mas com a coragem de a fazer sozinho, que fez em 10 etapas, que sintetizo:

Açores - Cabo Verde - Brasil - Uruguai - Argentina - Cabo Horn (Chile) - Costa Oeste do Chile - Puerto Montt (Chile) - Ilha da Páscoa - Polinésia - Samoa - Fiji - Vanuatu - Espírito Santu - Austrália - Timor Leste - Indonésia - África do Sul - Brasil - Açores.

Este açoriano bem se pode intitular como o último grande navegador português, pois, apesar dos equipa-

mentos de navegação de que hoje dispõe, a sua coragem de navegar sozinho pelos vários oceanos, há vários anos, coloca-o ao nível de Gil Eanes, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral ou Cristóvão de Mendonça (outro português até agora desconhecido e que terá descoberto a Austrália em 1526...).

Na senda dos bravos navegadores portugueses, fez constantemente questão de levar Portugal mais longe. Em cada porto realizou palestras, visitou locais de interesse histórico-cultural e, pelo seu diário de bordo, transmitiu as suas sensações para o seu país. Foi muito bem recebido em todo o lado e principalmente em Timor, mas podem ver tudo documentado em belas fotos, bastando usarem o <http://www.genuinomadruga.com>



www.toyota.pt

Novo RAV4 Cross Sport.

Amor à primeira vista.

Para todos os que seguem os impulsos da paixão, chegou o **Novo RAV4 Cross Sport**. Um automóvel sedutor desenhado para quem gosta de seduzir. O Sistema Integrado de Condução Activa confere a segurança máxima à sua condução, transformando-a num prazer absoluto. Sensores intuitivos, controlados automaticamente por computador, monitorizam toda a condução, ajustando-a e permitindo uma viagem mais suave, tranquila e sofisticada. Se acredita no amor à primeira vista, então deixe-se seduzir pelo **Novo RAV4 Cross Sport**. Experimente-o num Concessionário Toyota.



TODAY TOMORROW TOYOTA

A.M. Gonçalves
 E.N. 10 Santa Marta - Seixal
 Tels.: 212 549 204/212 549 206/212 549 207
 E-mail: comercial@amgoncalves.pt - miss@amgoncalves.pt





A CF6 - ANGOLA 34 ANOS DEPOIS

CMG FZ João A. Pires Carmona



Nunca até ao passado dia 19 de Setembro de 2009 se haviam reunido os “fuzileiros” da Companhia de Fuzileiros nº 6 que cumpriu missão em Angola no período JAN73-JAN75.

A ideia do reencontro surgiu por ocasião do 1º Encontro Nacional de Fuzileiros, que decorreu na Escola de Fuzileiros, em 27 de Junho de 2009, iniciativa do Comandante do Corpo de Fuzileiros que desde a primeira hora teve o acolhimento da Associação de Fuzileiros, que passou a considerar a data também como a do Encontro Anual que vinha organizando desde há anos.

O reencontro de fuzos e ex-fuzos da CF6 foi pródigo em recordações mas acima de tudo na vontade de se voltarem a encontrar e levando

outros e respectivas famílias.

Assim, sob a coordenação do CMG FZ João Carmona (ex-oficial FZ RN, Comandante do 1º Pelotão da CF 6) e dos verdadeiros motores da iniciativa, 129771, Grt. FZ José Ramos António, mais conhecido pelo “Carregado” e 124971, Grt. FZ Manuel Fernandes Feliciano, no passado dia 19 de Setembro pelas 12.00 horas começaram a chegar à Torre de Coelheiros, localidade situada cerca de 25 Km a Sul de Évora, aqueles a quem tinha sido passada a palavra, a qual teve de ser restringida face à limitação do espaço das instalações onde decorreria o reencontro, acompanhado de “lauto repasto alentejano”.

O reencontro decorreu no “Snack-Bar O CASTELO”, propriedade do

ex-Marinheiro FZ 26368, Felismino José Nicha Grilo, reunindo 16 fuzileiros da CF 6, na generalidade acompanhados dos cônjuges e nalguns casos doutros familiares.

Ficou a promessa de cada um ir passando palavra e obter as moradas actualizadas dos antigos “companheiros de andanças” de forma a que no próximo encontro, programado com mais tempo e para local onde não haja problema de espaço, sejam muitos mais, de forma a poderem recordar e reviver ainda melhor vivências comuns.

Agora, à medida que cada um começa a atingir a “ternura dos 60”, idade em que a generalidade está ou começa a viver a situação de reforma e a dispor de tempo para si e para os outros, passa a haver a necessidade dos espíritos se saciarem com as recordações dos seus tempos de juventude independentemente das mesmas encerrarem os momentos de alegria incontida ou da mais profunda tristeza.

Para terminar um pedido: - a todos os “fuzos” que fizeram parte da CF 6 - Angola 73/75, contactem a Associação de Fuzileiros, deixem os seus endereços e contactos telefónicos e façam-se sócios da nossa Associação. E esperamos por todos no 2º Encontro Nacional, no último sábado de Junho de 2010 (data a confirmar) na Escola de Fuzileiros.

11º DEST. - ANGOLA

Mário Manso

O 11º Destacamento reuniu-se em convívio. Depois de visitar a Escola Almoçaram na Associação de Fuzileiros, sendo um convívio habitual, todos os presentes estavam felizes por mais uma vez se juntarem, desta, com a certeza de que os guerrilheiros não os esperavam nas margens do rio. Tiros, só de algum atrevido que se julgasse em plena mata ou savana do leste de Angola. Disse o Gregório alentejano bem temperado, que tudo correu como planeado.



FUZOS DE 89

Mário Manso



No dia 06/09/09 Os Alguns Escolas Fuzos de 89, reuniram-se para uma visita à Escola, colocando flores no monumento, e recarregando baterias revivendo aqueles locais míticos, que rapidamente transformaram adolescentes em homens de barba rija. “mesmo sem ela”

Não foi fácil controlar os ímpetos de alguns que queriam sentir o odor do lodo o mais perto possível das narinas, e reter a vontade de fazer o slide. Para as jovens famílias entretanto constituídas, foi um momento muito especial, porque na sua maioria não conheciam, aquela tão falada Escola de Fuzileiros, prometeram participar mais nos even-

tos dos Fuzos.

No momento de homenagem aos camaradas já falecidos o Homero Videira patrono desta iniciativa, leu na altura os versos que aqui se publicam, este Fz faz parte daqueles lotes que não estão estragados, onde a sua lealdade se reafirma em cada acto.

Depois do meio dia seguiu-se o almoço na Quinta Valenciana, e eram já 17.00 horas, e continuava-se com muita determinação, a debelar a secura que de tanto falar, necessitava de muitos líquidos “que não faltavam”

Obrigado a todos pelo convite, e muito particularmente ao H.Videira

DFE9 - MOÇAMBIQUE

João Manuel Ribeiro



Realizou-se mais um almoço convívio do DFE9. (71/73 Este ano decorreu na simpática aldeia de Orvalho (Castelo Branco). A ocasião serviu para juntar ex-camaradas e familiares, e foi com muita alegria e entusiasmo que este decorreu, como é apanágio destes eventos.

Espera-nos o próximo ano, e gostaria de contar com todos, e se possível com os que desta vez faltaram. A idade vai avançando e as saudades aumentando e para que estes encontros não morram vamos todos injectar-lhe o vírus da nossa amizade.

LOURINHÃ

Em mais uma grande demonstração de calor Pátrio, a Delegação da APVG (Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra) do Moledo, em colaboração com a Câmara Municipal da Lourinhã e Junta de Freguesia de Abelheira, procederam à bênção e inauguração de um bonito Monumento de homenagem aos combatentes e ex-combatentes, nesta última localidade, no passado dia 12 de Outubro de 2008.

A esta importante e significativa cerimónia, compareceram diversas Entidades, civis e militares, entre elas o representante do Exmo. Presidente da Câmara da Lourinhã, bem como diversas representações de Associações de combatentes e ex-combatentes, entre elas a Associação de Fuzileiros, com uma componente alargada e exibição do seu guião.

Também promovido pela Delegação do Moledo da APVG, sob a égide dos devotados e incansáveis representantes, os nossos queridos amigos, Sr. Castro e D. Helena, decorreu, no passado dia 08 de Fevereiro de 2009, na sede desta Freguesia, o já tradicional Encontro de Combatentes e ex-Combatentes, para, junto ao belo Memorial ali existente, prestarem homenagem aos militares mortos, do concelho da Lourinhã.

Esta grande cerimónia, é sempre acompanhada de uma impressionante componente religiosa, com missa e procissão pelas ruas da localidade, que lhe confere um especial significado e uma dignidade excelsa, sob a bênção sagrada do seu sublime Padroeiro, S. Sebastião.

É admirável, a grandeza e imponência deste Encontro, engalanado com inúmeros estandartes e bandeiras, que embelezam e acompanham as altas Individualidades presentes, civis e militares. Uma Força Militar, do activo, institucionaliza e dá brilho a este arrojado Evento.

A Associação de Fuzileiros, esteve igualmente bem representada, sob a áurea do seu guião.

Este acontecimento terminou com um magnífico almoço, no restaurante “Camelo”, localizado a alguns quilómetros de distância.

Ilídio Neves

MAFRA

Também o Concelho de Mafra através da freguesia da Igreja Nova, cujo Presidente é o Fuzileiro Domingos Janota (o pedras) inaugurou no dia 08/08/09 um monumento aos Combatentes na localidade. Também neste caso, a Associação fez-se representar pelo Presidente em exercício camarada João Silva.

ESCOLA DE 65

Mário Manso

Um assinalável número de camaradas da escola de 65, esteve na Escola de Fuzileiros para desfrutar combate, ou a do lodo, em que muitos andaram atascados, e onde a solidariedade e entre ajuda começou a funcionar para homens, muitos deles jovens demais para tamanha prova. Quando, com dezassete anos se voltava a traz, para arrancar o camarada em dificuldades, já com o lodo a tapar a audição, foram lições, que não se aprendem numa qualquer escola por mais preparados que estejam os professores e motivados os seus alunos. São provas, que deram e dão testemunho, a homens que em muitas ocasiões, fizeram e fazem dos fuzileiros, militares diferentes.



APVG

Aniversário

A APVG (veteranos de guerra) estiveram em festa elevando o seu aniversário com a já habitual missa na Senhora do Sameiro, com muitos dos seus sócios e familiares e amigos. Depois da inauguração, no quartel, seguiu-se nas mesmas instalações um almoço farto de iguarias que a todos repôs forças para o desejado regresso a casa, que para os Fuzileiros, era um objectivo a muitos km's de distância. Só foi alcançado pela manhã, como era hábito acontecer com os nossos desembarques.



DFE13

Reune-se com Almirante Matias

O 13º Destacamento (Guiné) comandado pelo então 1º Tenente Vieira Matias que veio a ser CEMA ainda em período recente, reuniu mais uma vez. Por sugestão do Senhor Almirante o encontro do ano passado teve o seu desfecho com o almoço na Associação de Fuzileiros. Por simpatia dos organizadores também fiz parte desse convívio, tendo ficado combinado que o de este ano seria na zona da Anadia de onde é oriundo, um dos organizadores o Camarada Seabra, para o qual fui convidado para também estar presente para poder acompanhar as visitas previstas,, essencialmente aos locais que vão perpetuando as histórias vinícolas da região, de que foi algumas vezes cicerone o Presidente da Câmara de Anadia Senhor Litério Marques. Foi

mais um saudável e participativo convívio, que, como sempre provocam alguma emoção, fazendo-nos sempre, cair umas lágrimas. Assim aconteceu mais uma vez, comple-

mentando, as sentidas palavras proferidas pelo Sr. Almirante Vieira Matias.



ANTIGO CMDE DO CORPO REUNE-SE COM O DESTACAMENTO

Reuniu em saudável convívio e com elevada participação, o Destacamento cujo Comandante foi o Senhor Almirante Vargas de Matos que terá sugerido o restaurante da Associação para local de almoço. Foi um dia em que muitos camaradas se mostraram receptivos a associarem-se, foram várias as solicitações, esperamos que se não tenham esquecido de as preencher e enviar. Pensamos, que esta família muito especial, que são os Fuzileiros, deve também traduzir a sua união, através de um cada vez maior número de sócios da sua Associação, por isso, conta com todos quantos, as palavras Fuzileiro uma vez Fuzileiro para sempre traduzem algo de muito especial.



PRAÇAS DA ARMADA

Festa de Aniversário



Realizou-se no acolhedor recinto da colónia de férias do Inatel da Costa da Caparica um saudável convívio da família Militar. Presentes estiveram: AOFA, ANS, Associação de Praças da Armada e outros convidados. Para que o objectivo fosse atingido com sucesso, a logística do evento e suas envolvências esteve a cargo do Clube de Praças da Armada. A actuação do grupo polifónico do clube de Sargentos da Armada brindou os presentes com uma actuação cujos temas complementaram as delícias de um já óptimo almoço. Como é hábito, mais uma vez, a experiência das praças surtiu o efeito que se esperava, um trabalho irrepreensível, ou seja, cinco estrelas.

MOÇAMBIQUE

II Encontro da Companhia

Nº 2 de Fuzileiros

Tal como em 2008, reuniu-se a CF2 para um convívio que teve lugar na Freguesia de Paião, Figueira da Foz, no passado dia 25 de Abril.

A Comissão organizadora, encabeçada pelo Carlos Manuel Silva e muito bem coadjuvada pelo Francisco Jordão, levaram a cabo uma árdua tarefa para localizar todos os membros da Companhia e mobilizá-los para que comparecessem a este encontro. Os sargentos, cabos e marinheiros, hoje com idades compreendidas entre os 75 e os 85 anos, foram os mais difíceis de localizar. E depois de todo o esforço despendido nessa tarefa, verificou-se que, infelizmente, as condições de saúde de alguns deles já não lhes permitiriam participar nesse tão aguardado encontro. De qualquer modo, foi uma enorme alegria para aqueles que o puderam fazer. Reuniu-se um grupo de 65 membros desta Companhia e ainda cerca de 80 familiares e amigos que almoçaram, confraternizaram e se divertiram em conjunto, durante toda a tarde. Muitos não tinham podido comparecer ao I Encontro, em 2008, e foi com imensa alegria que reencontraram os seus camaradas que já não viam desde o ano de 1965. Houve muitos abraços, houve lágrimas e muita emoção, num reencontro que muitos já não acreditavam que pudesse acontecer.

Foi feita uma «Chamada de Honra», em memória dos já falecidos e respeitado o obrigatório «Minuto de Silêncio». Foram lidas algumas mensagens de camaradas ausentes no estrangeiro e transmitidas saudações de outros que, por razões de força maior ou motivos de saúde, não puderam estar presentes.

E, como não podia deixar de ser, foi reiterado o propósito de manter a tradição e repetir este encontro no próximo ano de 2010, levando a cabo os esforços necessários para que compareçam cada vez mais camaradas.

O MEU RELATÓRIO

Mário Manso



Cumpre-me dar conhecimento público, que o Cabo FZE Óscar Barradas foi um distinto imediato da equipa que comandou o assalto ao Forte de Elvas, levado a efeito com êxito total, no dia 02/05/09.

As pessoas por ele escolhidas para a secção de comando, não sendo muitas, fizeram um trabalho muito meritório que importa realçar neste meu relatório (top secreto). Tudo foi tratado ao pormenor, e foi o desenrolar de toda a operação, que ditou opiniões muito favoráveis e mesmo louváveis. Foi mesmo assim, que se me expressaram muitos dos camaradas e amigos intervenientes na investida ao forte da Graça.

Ver este colossal monte de ruínas, e ouvir as histórias que ele encerra, são momentos únicos, para quem, desde ainda jovem mantém viva a ameaça com o forte de Elvas, que era, e foi no tempo, prenúncio de sacrifícios que ninguém cria experimentar.

O seu nome destoa profundamente do que nele se encurralou durante muitos anos, sendo por isso alcinhado por muitos militares de Forte da desgraça, por ironia do destino. Quantas Militares terão sido vitimizados, para satisfazer o ego de alguém que quis mostrar a si próprio que tinha mando.

A hora foi cumprida, a caminhada na picada, foi muito apreciada, e na falta de emboscadas, surgiram os olhares pacíficos e admirados de

muitos dos indígenas, que parados ou circulando, nos iam acenando amigavelmente.

Antes de se iniciar o assalto ao forte, um “Guerrilheiro” ainda jovem, mas bem treinado Ten. Cor. Ribeiro, conhecedor nato de tudo, e mesmo dos assaltos tentados há séculos e nunca conseguidos, reuniu numa palestra, com todos quantos compunham a disciplinada unidade de Fuzileiros. Foi com toda a liberdade que debitou com lustre todos os conhecimentos que envolviam o acampamento e redondezas. O silêncio era total, e todos se mostravam sequiosos pelo momento em que a sentinela fosse eliminada, que determinaria o momento, para se consumir a tão desejada investida. Resolvemos depois, fazê-lo prisioneiro e dele nos servir como guia em todo o resto da operação, que se reactivou, depois de consumida a ração de combate. Fomos depois levados a outros locais, também muito fortificados. Tudo foi acontecendo, como previamente estabelecido, conquistaram-se todos os objectivos, sem um único tiro, tudo leva a crer que foram as nossas boinas azuis ferrete o escudo protector. (o respeito é muito bonito)

Para o êxito da operação, contribuíram outras pessoas que foram, pelo meu imediato Óscar Barradas envolvidas, caso do (Comandante) Cor. Varandas, e dos digníssimos representantes da liga dos Comba-

tentes, Major Balsinha, “muito importante na obtenção da autorização para a visita ao forte” Ganchino e Pires. Não posso esquecer o empenho do nosso camarada e amigo João Rondão, “o Elvas” seria uma injustiça maior, do que é, a omissão que faço de quantos colaboraram para o êxito, dos objectivos que propus às pessoas que convidei para este evento, em que lograram estar, setenta pessoas.

Antes de findar esta minha apreciação, fico com a certeza que já fomos adoptados por Elvas, se não por todos os munícipes, pelo menos, pelo seu presidente Senhor Rondão de Almeida, e seu irmão, perfeito menor da sua prefeitura. A forma amigável, e familiar como nos têm recebido e agraciado não engana.

BEM HAJAM TODOS.

Pelos poderes que me confere o RDM, condecoro, com a medalha de cruz de guerra, o Cabo FZE Óscar Barradas, por nunca ter sido apanhado pela guarda-fiscal, nas suas acções de contrabando, ou pelo sistema fiscal, nas fugas ao fisco, pelo material vendido. É meu dever de consciência, atribuir-lhe a Cruz de Guerra, para que se penitencie transportando-a, e ainda, a medalha de serviços distintos com palma, ou em alternativa, três meses no forte da Graça, após recuperação do seu estado degradante, que só a Câmara da linda e próspera cidade de Elvas, poderá levar a efeito, como aliás, foi manifestado em discurso proferido pelo autarca maior do Concelho. “Dêem-nos o forte que verão a volta que ele leva”

A todos os outros intervenientes eu confiro uma cruz de Guerra colectiva, pela disciplina e sangue frio demonstrado debaixo de fogo do e pelo grau de prontidão, e aprumo militar que sempre distingue os Fuzileiros, (e seus amigos) mais uma vez demonstrada, nos vários golpes de mão, de copo cheio copo vazio, e do vário armamento apreendido (ameixas em conserva entre outro) a troco de uns falsos e míseros euros.

**NÃO ENCALHE
EM QUALQUER LADO
DESEMBARQUE
AQUI!!!**



Tel: 212 128 370 - Fax: 212 120 710 - E-mail : quintavalenciana@mail.telepac.pt
Rua da EDP, Lotes 17 a 19 - 2865-373 Fernão Ferro - www.quintavalenciana.com



SALA JARDIM

**Quinta
Valenciana**
RESTAURANTE - BANQUETE - EVENTOS



PRIMARY CLASSES
ENSINO PRIMÁRIO

Both English and Portuguese Curricula
Currículo em Inglês e Português

Approved by Ministry of Education
Officially registered in 1971

ALVARÁ DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
TRINITY REGISTERED EXAMINATION CENTRE

CLOSED FOR IMPROVEMENTS

Av. do Lidador, 322 - S. João do Estoril
2765-333 Estoril

St. John's School

Externato



CRECHE - INFANTIL - PRÉ-PRIMÁRIA
KINDERGARTEN - RECEPTION - YEAR 1

CURRICULUM PORTUGUÊS E INGLÊS
BOTH ENGLISH AND PORTUGUESE CURRICULA

COLEGIO OFICIALIZADO

E-mail: stjohns@mail.telepac.pt - www.stjohns-school.com ☎ 214 867 966
Av. Marechal Carmona, 366 - 2750-313 CASCAIS fax 214 823 151

St. James's
Primary School



BOTH ENGLISH
AND PORTUGUESE CURRICULA
Approved by Ministry
of Education

CURRICULO EM INGLÊS
E PORTUGUÊS
Aprovado pelo Ministério
da Educação

Tel. 214 864 754/5 • Fax 214 864 753

Rua dos Depósitos de Água, 399 • Cobre • 2750-561 CASCAIS



ONTEM, HOJE E SEMPRE
FUZILEIROS